

Educação

Dilema Contemporâneos

Volume III

Lucas Rodrigues de Oliveira
Organizador



Pantanal Editora

2020

Lucas Rodrigues de Oliveira
(Organizador)

EDUCAÇÃO DILEMA CONTEMPORÂNEOS

VOLUME III



2020

Copyright© Pantanal Editora
Copyright do Texto© 2020 Os Autores
Copyright da Edição© 2020 Pantanal Editora
Editor Chefe: Prof. Dr. Alan Mario Zuffo
Editores Executivos: Prof. Dr. Jorge González Aguilera
Prof. Dr. Bruno Rodrigues de Oliveira

Diagramação: A editora
Edição de Arte: A editora. Capa e contra-capas: canva.com
Revisão: O(s) autor(es), organizador(es) e a editora

Conselho Editorial

- Prof. Dr. Adailson Wagner Sousa de Vasconcelos – OAB/PB
- Profa. Msc. Adriana Flávia Neu – Mun. Faxinal Soturno e Tupanciretã
- Profa. Dra. Albys Ferrer Dubois – UO (Cuba)
- Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – IF SUDESTE MG
- Profa. Msc. Aris Verdecia Peña – Facultad de Medicina (Cuba)
- Profa. Arisleidis Chapman Verdecia – ISCM (Cuba)
- Prof. Dr. Bruno Gomes de Araújo - UEA
- Prof. Dr. Caio Cesar Enside de Abreu – UNEMAT
- Prof. Dr. Carlos Nick – UFV
- Prof. Dr. Claudio Silveira Maia – AJES
- Prof. Dr. Cleberton Correia Santos – UFGD
- Prof. Dr. Cristiano Pereira da Silva – UEMS
- Profa. Ma. Dayse Rodrigues dos Santos – IFPA
- Prof. Msc. David Chacon Alvarez – UNICENTRO
- Prof. Dr. Denis Silva Nogueira – IFMT
- Profa. Dra. Denise Silva Nogueira – UFMG
- Profa. Dra. Dennyura Oliveira Galvão – URCA
- Prof. Dr. Elias Rocha Gonçalves – ISEPAM-FAETEC
- Prof. Me. Ernane Rosa Martins – IFG
- Prof. Dr. Fábio Steiner – UEMS
- Prof. Dr. Gabriel Andres Tafur Gomez (Colômbia)
- Prof. Dr. Hebert Hernán Soto González – UNAM (Peru)
- Prof. Dr. Hudson do Vale de Oliveira – IFRR
- Prof. Msc. Javier Revilla Armesto – UCG (México)
- Prof. Msc. João Camilo Sevilla – Mun. Rio de Janeiro
- Prof. Dr. José Luis Soto Gonzales – UNMSM (Peru)
- Prof. Dr. Julio Cezar Uzinski – UFMT
- Prof. Msc. Lucas R. Oliveira – Mun. de Chap. do Sul
- Prof. Dr. Leandris Argente-Martínez – ITSON (México)
- Profa. Msc. Lidiene Jaqueline de Souza Costa Marchesan – Consultório em Santa Maria
- Prof. Msc. Marcos Pisarski Júnior – UEG
- Prof. Dr. Mario Rodrigo Esparza Mantilla – UNAM (Peru)
- Profa. Msc. Mary Jose Almeida Pereira – SEDUC/PA
- Profa. Msc. Nila Luciana Vilhena Madureira – IFPA
- Profa. Dra. Patrícia Maurer
- Profa. Msc. Queila Pahim da Silva – IFB
- Prof. Dr. Rafael Chapman Auty – UO (Cuba)
- Prof. Dr. Rafael Felipe Ratke – UFMS
- Prof. Dr. Raphael Reis da Silva – UFPI

- Prof. Dr. Ricardo Alves de Araújo – UEMA
- Prof. Dr. Wéverson Lima Fonseca – UFPI
- Prof. Msc. Wesclen Vilar Nogueira – FURG
- Profa. Dra. Yilan Fung Boix – UO (Cuba)
- Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – UFT

Conselho Técnico Científico

- Esp. Joacir Mário Zuffo Júnior
- Esp. Maurício Amormino Júnior
- Esp. Tayronne de Almeida Rodrigues
- Esp. Camila Alves Pereira
- Lda. Rosalina Eufrausino Lustosa Zuffo

Ficha Catalográfica

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)	
E24	<p>Educação [recurso eletrônico] : dilemas contemporâneos: volume III / Organizador Lucas Rodrigues de Oliveira. – Nova Xavantina, MT: Pantanal, 2020. 282p.</p> <p>Formato: PDF Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader Modo de acesso: World Wide Web ISBN 978-65-88319-30-7 DOI https://doi.org/10.46420/9786588319307</p> <p>1. Educação. 2. Freire, Paulo, 1921-1997. I. Oliveira, Lucas Rodrigues de. CDD 370.1</p>
Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422	

O conteúdo dos livros e capítulos, seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva do(s) autor (es). O download da obra é permitido e o compartilhamento desde que sejam citadas as referências dos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Pantanal Editora

Rua Abaete, 83, Sala B, Centro. CEP: 78690-000.
 Nova Xavantina – Mato Grosso – Brasil.
 Telefone (66) 99682-4165 (Whatsapp).
<https://www.editorapantanal.com.br>
contato@editorapantanal.com.br

APRESENTAÇÃO

Contemporaneamente, a educação brasileira está envolta por tantas situações diversas, envolvendo todos os seus níveis e modalidades, que foi possível a composição desse terceiro volume da obra: “Educação: Dilemas Contemporâneos” – agora, há o foco no fazer pedagógico, diversidade na educação, racismo, histórias em quadrinho, educação em tempos de pandemia, entre outros assuntos.

Não há dúvidas de que a educação é muito complexa para, em qualquer momento da história, existir sem dilemas. Por isso mesmo é que o debate e as reflexões sobre o tema são sempre presentes no meio acadêmico. A escola, para cumprir seu papel social, precisa, sim, ser colocada em xeque – é preciso refletir sobre a educação!

Analisando o percurso histórico da educação nacional, não se pode negar que muitos avanços já aconteceram, mas não sem muita luta e empenho de educadores e outros agentes envolvidos com a escola e com a sua universalização. Por isso, as discussões acerca da educação não devem ser abandonadas.

A presente obra tem como objetivo oportunizar a vários pesquisadores, professores e estudantes momentos para contribuírem, de forma significativa, com reflexões acerca dos processos que envolvem a educação brasileira. Assumimos, desde já, que as questões que envolvem a contemporaneidade da educação não conseguirão ser esgotadas aqui!

Lucas Rodrigues de Oliveira

SUMÁRIO


Apresentação	4
Capítulo I	7
Diálogo, trabalho docente, interdisciplinariedade e o legado de Paulo Freire à educação emancipadora.....	7
Capítulo II	14
Militarização da escola pública: a solução dos problemas?.....	14
Capítulo III	29
A reforma no Ensino Médio brasileiro na visão de gestores de escolas da cidade de Ubá, MG ...	29
Capítulo IV	44
A Invisibilidade do tema sexualidade e gênero na vida das pessoas com deficiência	44
Capítulo V	54
Formação inicial de professores: concepções pedagógicas progressistas e aplicacionistas e a identidade docente	54
Capítulo VI	76
Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial de Professores.....	76
Capítulo VII	97
Gênero e sexualidade na escola na era Bolsonaro: retrocessos e resistências	97
Capítulo VIII	119
PROEJA e Cultura Afro-Brasileira: Dicotomias visíveis a partir da Análise Documental	119
Capítulo IX	147
História, Filosofia e Didática das Ciências: uma análise a partir do Currículo dos cursos de formação de Professores em Ciências/Química	147
Capítulo X	159
Cartas do isolamento: reinvenção do existir	159
Capítulo XI	170
Como fazer escola sem estar na escola: reflexões pela ótica da complexidade.....	170
Capítulo XII	182
Riscos para a Educação mediante a agenda neoliberal no contexto da Pandemia do Covid-19..	182

Capítulo XIII	194
As histórias em quadrinhos como fomento para o incentivo e a formação leitora em tempos de pandemia	194
Capítulo XIV	206
Luiz Agassiz (1817-1873): racismo e eugenia na bagagem do viajante	206
Capítulo XV	239
O direito à educação na legislação brasileira e a judicialização da educação como garantia desse direito	239
Capítulo XVI	258
Grêmios de professores públicos do Paraná: O I congresso de professores públicos do estado do Paraná (1910)	258
Sobre o Organizador	278
Índice Remissivo	279

Luiz Agassiz (1817-1873): racismo e eugenia na bagagem do viajante

Recebido em: 14/07/2020

Aceito em: 25/08/2020

 10.46420/9786588319307cap14

Rosemeri Birck^{1*} 

Márcia Machado² 

INTRODUÇÃO

O viajante estrangeiro Jean Louis Rodolphe Agassiz (1817-1873) produziu uma obra de valor histórico e cultural relevante para a compreensão da História da Educação e das relações sociais e raciais no Brasil a partir da perspectiva dominante eurocêntrica. Seu diário revela uma interpretação dos caminhos e descaminhos percorridos pela sociedade brasileira na segunda metade do século XIX. Homem de seu tempo, um dos principais viajantes das paragens brasileiras a postular o racismo e o eugenismo.

No livro diário de Agassiz, há uma caracterização ampla da sociedade, em que se destaca a educação e as características dos homens nacionais como problemas da sociedade brasileira. Por outro lado, o estrangeiro olha para o Brasil com a perplexidade típica de habitante de uma sociedade, como a norte-americana, que se pretendia a mais desenvolvida em termos capitalistas, educacionais, culturais e científicos.

Luiz Agassiz esteve no Brasil nos anos de 1865 e 1866, com a tarefa de explorar e aprofundar os conhecimentos sobre as terras já invadidas e conquistadas. Veio com o objetivo de conhecer a configuração física dos rios, das montanhas, a composição do solo e, principalmente, para determinar a distribuição geográfica e das plantas e animais, para então coletar as mais variadas espécies de peixes, insetos e plantas e enviar para o Museu de Cambridge. Entretanto, registrou também suas impressões a respeito da sociedade brasileira, especificidade essa que mais interessa neste trabalho.

Nas impressões de Agassiz, destacam-se as condições de desenvolvimento do país em relação à sociedade norte-americana, as problemáticas sociais que, no seu entendimento, obstavam ao desenvolvimento do país. Em sua produção discursiva, faz referência às questões que eram relevantes

¹ Docente do Curso de Pedagogia na Universidade Federal do Tocantins (UFT), Doutora em Artes pelo Instituto de Artes da Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" da Unesp.

² Docente da Universidade Federal de Goiás (UFG), Doutora em Ciências Sociais pela Universidade de Brasília (UNB).

* Autor de correspondência: rosebirck@uft.edu.br

e passavam por mudanças significativas, principalmente a educação, o trabalho, o regime político, a industrialização, no cenário intelectual do positivismo e do determinismo racial³ em âmbito mundial.

No campo econômico, as transformações provocadas pela Revolução Industrial intensificaram-se cada vez mais, modificando a existência material dos homens. O advento da Revolução alterou profundamente as relações de produção com o desenvolvimento do sistema fabril em larga escala e a consequente divisão do trabalho.

No âmbito político, o século XIX foi marcado pelo período de consolidação do poder da burguesia, que procurava se manter como classe hegemônica. O Brasil, com um passado colonial, procurava, de forma independente, se adequar à realidade mundial, à estrutura produtiva capitalista, em sua fase concorrencial, buscando a modernização em diferentes sentidos, inclusive o da industrialização.

A partir da Independência formal, dos processos de construção da nação e da identidade nacional, surgiu, no Brasil, a consciência antiescravista. Compreendia-se que a abolição era necessária para a modernização da sociedade. Se por um lado, a abolição era um imperativo, por outro, sua concretização foi muito lenta, pois não havia condições materiais para tanto. Foi apenas no final do século XIX quando, paralelamente às pressões do capital, em nível mundial, o país promoveu o fenômeno da imigração, o que tornou a abolição um fato irreversível.

Desse modo, concebemos que estudar o passado da sociedade, a educação dos homens e os caminhos por eles percorridos, auxilia, sobremaneira, a compreensão mais clara do presente. Nosso passado foi extremamente marcado pelo racismo, por desigualdades de toda ordem e por abismos sociais. A partir da interpretação dos registros de Agassiz, priorizando seu olhar perplexo sobre o “atraso” da produção agrícola brasileira, a respeito do comportamento de homens livres e escravos e acerca da educação escolar, religiosa e familiar, buscamos compreender os processos históricos, intelectuais e científicos que caracterizam, ainda hoje, a sociedade brasileira.

Nessa perspectiva, o intento com esse trabalho é partir de sua produção discursiva e convidá-los a provocar mudanças na maneira de apreender os processos de construção da ideia de raça como ferramenta e justificativa para extermínios e diferentes formas de servidão a que as populações negras e indígenas foram submetidas historicamente, bem como, da educação como instrumento de dominação sobre a maioria da população brasileira.

³ A questão da eugenia, da busca da raça pura está presente na Dissertação de Mestrado de Mai, na qual ela nos mostra que para os eugenistas a desigualdade social se explica pelas diferenças naturais de cada indivíduo, determinada pela hereditariedade, justificando e eternizando assim, as diferenças de classes (Mai, 1999).

LUIZ AGASSIZ: O OLHAR RACIAL COLONIZADOR SOBRE O BRASIL

DADOS BIOGRÁFICOS

O viajante Jean Louis Rodolphe Agassiz nasceu em Môtiers, na Suíça, em 28 de maio de 1817. Em 1846, com o propósito de investigar a história natural e a geologia, viajou para os Estados Unidos, com ajuda financeira do rei da Prússia. Tais vantagens financeiras e científicas o levaram a fixar residência nos Estados Unidos, onde permaneceu até o fim de sua vida. Ele também atuou como professor em Cambridge, quando, a pedido do governo, fez uma viagem ao Brasil em 1865, com o objetivo de coletar as mais variadas espécies de peixes que, posteriormente, foram classificadas e expostas no Museu de Cambridge.

Contemporâneo de Alexandre von Humboldt,⁴ o suíço já havia verbalizado, em 1829, seu desejo de viajar à América do Sul. “Foi a história natural desse país que atraiu a minha primeira atenção de autor estreante” (Agassiz, 1938). Após a morte do viajante Spix e a pedido do viajante Martius, sistematizou uma descrição dos peixes colecionados no Brasil por esses viajantes, o que aumentou sua atração pelo Brasil. Foi fundamental também para sua viagem a revelação do interesse de D. Pedro II pelos seus escritos científicos, bem como o apoio do Imperador. Em suas palavras: “Quantas provas de benevolência recebi do Imperador do Brasil” (Agassiz, 1938).

Em termos pessoais, desde 1860, com a saúde abalada, optou por se distanciar dos estudos em laboratório e começou a se mover no sentido de aliar seus desejos pessoais e científicos aos de interesses estatais, para classificar as espécies coletadas e expô-las no Museu de Cambridge. Sua viagem ao Brasil teve o apoio do governo norte-americano.

Nas palavras de Agassiz (1938): “Recebi, hontem à noite, de Washington, uma carta do Ministro da Marinha recomendando aos oficiais de todos os vasos de guerra dos Estados-Unidos, que cruzem as paragens que vou percorrer, que me prestem auxílio e apoio em tudo o que possa favorecer o meu empreendimento” (Agassiz, 1938). Em 1872, depois de uma nova passagem pelo Brasil, quando visitou Pernambuco e Rio de Janeiro, fundou e dirigiu a Escola de História Natural Anderson, em Cambridge, e faleceu em 14 de dezembro de 1873.

As expedições de naturalistas geralmente não ocorriam por iniciativas individuais. Agassiz, por exemplo, recebeu patrocínio da Expedição Thayer dos Estados Unidos da América, uma sociedade científica composta por vários pesquisadores profissionais cujo objetivo era apoiar novas descobertas, rever e corrigir as anteriores e facilitar a publicação dos registros. Ele pôde escolher seus próprios auxiliares e realizar a expedição científica ao Brasil (Agassiz, 1938).

⁴ Diversos chefes de expedição foram orientados em suas viagens por Alexandre von Humboldt. “Mentor intelectual dos naturalistas que percorreram o Brasil durante o século XIX. Humboldt nunca pisou em terras brasileiras, pois foi-lhe negada a licença de entrada pelo governo português, que suspeitou que se tratasse de um espião” (Leite, 1997).

CIÊNCIA E IDEOLOGIA NO SÉCULO XIX: O PAPEL DOS VIAJANTES AO BRASIL

No século XIX, o liberalismo, ideologia elaborada para legitimar a ordem capitalista e os privilégios pretendidos pela burguesia, o positivismo, as teorias raciais e o racismo apoiaram cientificamente a expansão do capitalismo, a partir da correlação da ideia de progresso com a de “evolução biológica”, em uma suposta classificação racial e domínio de uma raça sobre as demais. Assim, as ciências eurocêntricas e eurocentradas, as teorias raciais e o racismo tornaram-se o modelo explicativo, na realidade de legitimação, do processo imperialista do capitalismo e guiaram os empreendimentos políticos dos grupos dirigentes no Brasil e de alguns países das Américas.

Desse modo, surgiram propostas de branqueamento, extermínio, imigração europeia que constituíram um quadro de eugenia como modelo de consolidação das novas nações, após suas independências formais. No país, os governantes se apropriaram e aplicaram os mais importantes princípios do positivismo nas organizações políticas, institucionais e nas formas de compreender os processos sociais, as questões raciais e a educação. As ideias de progresso, desenvolvimento e civilização foram difundidas como sinônimo de modernização. Contudo, representavam um cabedal ideológico da expansão do modo de produção econômico capitalista e de enriquecimento das nações colonizadoras.

O positivismo não é uma teoria política, mas um conjunto de ideias filosóficas sociais, ideológicas, surgidas na Europa, no contexto de expansão do capitalismo, no qual o método científico foi idealizado como a única maneira de conhecer a partir da experimentação, da observação e da busca por leis universais dos fenômenos e de suas relações.

Na área educacional, o positivismo, segundo Hale (2009), durante o século XIX, se caracterizou nos três aspectos das reformas educacionais: ênfase no aprendizado “enciclopédico” de temas ordenados hierarquicamente; defesa pelos estudos científicos e práticos em oposição à orientação humanística do ensino superior e os estudos técnicos e utilitários especializados para os outros níveis de ensino; e, por fim, a secularização e controle da educação pelo Estado.

Afora a área educacional, a resignificação e a adaptação da doutrina positivista às realidades locais dos países foram definitivas, conforme analisa Hale (2009), para “raça tornar-se a preocupação central do pensamento político”. O racismo e um “positivismo liberal”, como conjunto de ideias, se tornaram a “grade de pensamento”, terminologia utilizada por Ricouer (1990), para especificar a ideologia hegemônica com relação às demais em um determinado contexto histórico-social.

O fascínio causado pela Lei da Evolução de Charles Darwin e a área biológica afetou a explicação das teorias políticas sociais, em um período no qual a preocupação dos grupos dirigentes e intelectuais eram copiar os modelos científicos europeus e adotar o modelo do moderno de Estado-nação, de instituições e de comportamentos. Nesse sentido, através das várias teorias raciais, e até

mesmo perspectivas divergentes foram adotadas e conduziram as interpretações sociais da construção das identidades nacionais marcadas por heterogeneidades constitutivas de etnias e povos.

No geral, os autores dedicados ao estudo das teorizações raciais nas Américas⁵ apontam duas fontes principais do pensamento. Um primeiro cabedal teórico ideológico racial, assimilado e ressignificado de acordo com as condições locais, foi o que aferiu sentido histórico para as abordagens raciais, como as do Conde Francês Arthur de Gobineau (1816-1882), que viajou para o Brasil em 1869, e as do historiador Hippolyte Taine (1828-1893), um dos principais representantes do Positivismo. O protótipo dessa perspectiva de raça na América do Sul é o livro *Facundo* (2010) do então presidente argentino Domingos Sarmiento.

Retamar (1989), ao discutir as fontes do pensamento de Sarmiento, aponta que esse sofreu a influência de Alexis de Tocqueville, que teve como secretário o Conde de Gobineau, embaixador de Napoleão III, e um dos principais representantes do Facismo. A interpretação de Sarmiento sobre sua sociedade propunha a busca e a adoção dos projetos modernizadores “civilizatórios” e a cópia do modelo e de nação europeus. Para o argentino, as divergências sociais e raciais que caracterizavam a região se resolveriam com o incentivo à imigração, com o branqueamento e o extermínio do “bárbaro”, isto é, do elemento indígena, negro, mestiço entre outros.

E uma segunda fonte “empírica e antropológica”,⁶ cujas principais premissas relacionam-se ao darwinismo social: a teorização do filósofo Herbert Spencer (1820-1903) e outros teóricos evolucionistas de inspiração psicológica, como as ideias de Gustave Le Bon (1841-1931), amplamente seguidas no Brasil. As concepções do Médico Le Bon eram diagnosticadoras e, a partir do ideário eurocêntrico, “diagnosticavam” patologias e enfermidades. Sua concepção marcante era a condenação da miscigenação racial.

Nesse sentido, as ideias positivistas, evolucionistas e as teorias social darwinistas⁷ influenciaram a produção científica, intelectual, artística e as políticas públicas no Brasil. Teorias, com teses diferentes, mas que tiveram em comum a certeza na superioridade da branca “civilização” ocidental. Os teóricos europeus do século XIX, a partir desses ideários, condenavam a mistura racial, uma vez que o mestiço teria as piores qualidades das “raças originais” e propunham a eugenia como meio de resolução das problemáticas raciais.

Nesse contexto, os viajantes Gustav Le Bon, o Conde Francês Gobineau e o naturalista norte-americano Louis Agassiz postulavam a mestiçagem como elemento de degeneração biológica, social e psicológica. Teóricos do racismo eugenista que viajaram para o Brasil, assim como para outros países

⁵ Dentre vários estudos, destaca-se aqui: Balibar e Wallerstein (2005); Litwack (1999); Fernandes (1972); Nogueira (1985).

⁶ Para uma reflexão do evolucionismo biológico e social na perspectiva antropológica, ver: Stocking Júnior (1968).

⁷ A discussão a respeito das especificidades e das diferenças entre as teorias raciais foram abordadas por Schwarch (1993).

nas Américas, influenciando o pensamento político e social, passaram a atribuir à mestiçagem a principal causa das mazelas dos países da região.

No início do século XIX, em função do rompimento com a Metrópole e da formação do Estado Nacional, foi particularmente intensa a presença de viajantes no Brasil. Eles foram importantes para a época, pois, a partir da cosmovisão do outro mundo “civilizado”, deixaram registros minuciosos sobre a vida cultural, econômica e política do país. É válido apontar que as fontes sociais, políticas, culturais e ideológicas que alimentam a interpretação dos viajantes dos contextos sociais e culturais são, ao mesmo tempo, veiculadas em suas obras, anotações e outros.

Leite (1997), ao estudar os viajantes, parte do pressuposto de que na condição de “estrangeiros”, perceberam aspectos, incoerências e contradições do cotidiano que o habitante, “ao dá-la como natural e permanente, encontrava-se incapaz de perceber”. Os habitantes conviviam em grupos, mas poucos conhecimentos possuíam sobre o seu ambiente. Desse modo, viviam suas vidas e refletiam basicamente sobre os aspectos mais diretamente ligados a si mesmos e/ou ao grupo sem se darem conta de outros aspectos que faziam parte do seu ambiente.

As informações e orientações referentes às interrelações sociais eram incorporadas à prática cotidiana naturalmente, sem uma reflexão integral e distanciada. O viajante, em contrapartida, possuía uma postura diferenciada do habitante nacional. Independentemente da classe social a que pertencesse, o viajante identificava-se com a “civilização” de sua nação e de seus padrões de avaliação dos homens, seus sucessos e seus fracassos. Conforme assinala Leite (1997),

Muitas das dificuldades desse relacionamento provêm da capacidade distinta dos viajantes de se desprenderem de sua cultura de origem para observar e repensar a população visitada; e a população que podia ler os seus escritos nem sempre era a que estava sendo descrita e interpretada no livro de viagem, pois era constituída pela faixa de habitantes mais abastados, identificados com a cultura européia (Leite, 1997).

Em virtude da especificidade do trabalho, os viajantes mantiveram contato com sujeitos das diversas camadas da sociedade. Leite (1997) registra que “Os naturalistas, por força das distâncias percorridas e da falta de albergues, acabaram se relacionando com pessoas de todas as camadas sociais.” Esse contato, presente nos relatos de Agassiz, o possibilitou conhecer e descrever o cotidiano do povo em suas mais diversas realidades.

Dentre os viajantes, havia os que estavam comprometidos com a burguesia e, por isso, seus escritos refletiam as necessidades do capital, a busca por “novas técnicas, métodos e instrumentos que estavam sendo experimentados ou já adotados em outras colônias e, principalmente, na Europa” (Mendes, 1981). Nessa conjuntura revolucionária, segundo a autora, o Brasil se tornou, no contexto internacional, um dos domínios mais atrativos daquele momento. Além de suas potencialidades econômicas, a transferência da Corte e a Abertura dos Portos interessavam, e muito, aos países europeus.

Parte da literatura que os viajantes produziram atendia aos interesses de comerciantes que objetivavam desenvolver novas relações comerciais. “A descoberta do Brasil pelos viajantes deu-se, portanto, dentro de uma conjuntura determinada: a da ‘redifinição [sic] das relações’ ou, melhor dizendo, do estabelecimento de novas relações das nações europeias entre si e entre estas e os domínios coloniais” (Mendes, 1981).

Os viajantes se propuseram, de modo geral, a retratar a realidade da sociedade escravista brasileira, “sob o seu aspecto real”. A autora afirma, ainda, que os escritos não foram simples relatos, mas os “[...] viajantes preocuparam-se em captar a realidade brasileira para além da aparência dos fatos e de suas impressões. Elaboraram obras que continham não só as suas experiências, mas também análises e reflexões, que procuravam fundamentar valendo-se de múltiplas fontes” (Mendes, 1981).

Para Schwantes (1997), o significado histórico da presença dos viajantes no Brasil, no início do século XIX, decorre da disseminação das relações capitalistas pelo mundo. Segundo a autora, os viajantes Koster e Tollenare partiram em busca de novos conhecimentos, em um momento em que o capitalismo industrial estava em ascensão e a produção em grande escala dava margem a novas descobertas e invenções.

A autora destaca que o sistema capitalista impôs a necessidade de conhecimento das matérias-primas de outras regiões, pois surgiram novas necessidades que não poderiam ser satisfeitas com os recursos próprios de cada local. Assim, a presença dos viajantes no Brasil mostrou-se interessante uma vez que alguns homens voltaram sua atenção para os fenômenos que eles descreveram ou mesmo analisaram e utilizaram essas reflexões para a construção e a transformação da sociedade brasileira.

Foi com os olhos de homens do seu tempo que os viajantes, dentre eles Agassiz, analisaram o Brasil. De suas comparações depreende-se a possibilidade de uma nova forma de organização da produção da vida, capaz de auxiliar o país na ideia de processo de desenvolvimento econômico necessário para a sua inserção no mercado mundial.

Contudo, é importante lembrar que suas análises partiam das fontes científicas e ideológicas de seu tempo. Assim, Agassiz, em sua visita ao Brasil, assegurou que não era possível “[...] negar a deteriorização decorrente da amálgama das raças mais aqui do que em qualquer outro país do mundo, e que vai apagando rapidamente as melhores qualidades do branco, do negro e do índio deixando um tipo indefinido, híbrido, deficiente em energia física e mental” (Agassiz, 1938 *apud* Schwarch, 1993).

A partir dessas reflexões sobre o material de análise da história do Brasil escrito pelos viajantes, constata-se que eles, em especial Agassiz, tiveram, além de suas metas específicas, a universalização dos mercados em nome do progresso do capital industrial, a divisão do trabalho e o visível interesse pelo lucro. Tudo isso, além da intenção educativa, objetivando imprimir, na nação brasileira, costumes e hábitos sociais próprios da sociedade burguesa industrial a partir da eugenia da população brasileira.

A Viagem ao Brasil (1865-1866), escrita com a supervisão de sua esposa americana Elizabeth Cabot Cary, foi editada em Paris em 1869. Embora não fosse sua intenção fazer um estudo aprofundado sobre a educação ou mesmo sobre as características do povo brasileiro, deixou registradas suas impressões sobre a sociedade brasileira, seus hábitos, costumes, vícios, suas crenças e o estágio de desenvolvimento da produção de suas riquezas, bem como a preocupação com seu progresso e com a inserção da sociedade brasileira no sistema capitalista em nível mundial.

Suas impressões foram publicadas e tornaram-se um documento importante para estudiosos de história da educação brasileira e das teorias raciais. É de grande interesse sua perspectiva acerca do povo brasileiro, uma vez que, conforme Agassiz, o Brasil era um país rico pela natureza, mas apresentava vários problemas que impediam o tal aclamado “progresso”, entre eles: a escravidão, o clero, a mistura de raças e a falta de uma educação voltada para todos.

Suas observações e relatos revelam que a sociedade à qual ele pertencia se diferenciava sobremaneira, ou seja, ele não encontrou no Brasil uma sociedade nos moldes das sociedades europeias e norte-americanas. Com perplexidade, apontou as características do povo brasileiro como algo que obstaculizava o desenvolvimento econômico e social na qual àquelas nações representavam para ele, o modelo de sociedade. Observava, portanto, que, para o Brasil se adaptar ao modelo burguês, muitas mudanças seriam necessárias.

Evidentemente, na condição de naturalista viajante, suas observações e críticas não tinham como alvo interferir diretamente e nem se comprometer politicamente com a sociedade brasileira. Entretanto, como representante de uma nação rica e importante no rol das que comandavam o mercado mundial, as observações e impressões ultrapassavam o puro interesse científico de um naturalista.

OBSTÁCULOS AO DESENVOLVIMENTO DA SOCIEDADE BRASILEIRA: UMA PERSPECTIVA ESTRANGEIRA COLONIZADORA DO CAPITALISMO.

Muitos foram os homens empenhados em apresentar soluções para que o Brasil superasse os obstáculos à sua modernização. Com sua visão ilustrada e atenta à realidade nacional, José Bonifácio de Andrada e Silva, por exemplo, pretendia concretizar, no Brasil, ainda nas primeiras décadas do século XIX, um projeto civilizatório nos moldes europeus.

Envolto em suas ideias da Ilustração Positivista e, diante de um país com muitas marcas coloniais, considerava ser necessário superar alguns entraves para concretizar o sonho de transformar o país nos padrões europeus. A heterogeneidade racial e cultural, a escravidão, a equivocada política indigenista e a “profunda ignorância que grassava entre brancos e negros, ricos e pobres” (Silva, 1998). Esses eram os aspectos que deveriam ser modificados no sistema de governo monarquista e centralizado.

A consciência antiescravista se ampliava desde a Independência e foi se tornando mais presente com o fortalecimento industrial das nações mais desenvolvidas que, além de pressionar a industrialização brasileira, exigia novos mercados consumidores. Uma das críticas que o Brasil recebia, principalmente na primeira metade do referido século, era a tendência mercantilista de sua economia⁸.

Dentre os países que assim viam o Brasil, estava a Inglaterra. Os ingleses, cientes da necessidade de expandir sua riqueza produzida e acumulada, precisavam encontrar mercado externo para escoar as mercadorias produzidas, resultado do notório desenvolvimento das forças produtivas. A Abertura dos Portos propiciou-lhes o envio ao Brasil dos seus produtos manufaturados e, por extensão, a compra da matéria-prima brasileira.

Tal medida adotada entre Portugal e Inglaterra ampliou o espaço para a expansão do modo de produção capitalista e fortaleceu os países ricos produtores que encontraram novos mercados consumidores nos países para além do continente europeu. Se considerarmos que sua presença representa um processo de expansão do capital, dos conhecimentos científicos que os legitimavam como países dominantes e das riquezas naturais, compreendemos por que a bordo do navio, não somente o naturalista, mas também todos os integrantes da expedição resolveram que:

[...] dessa missão científica levada avante por cidadãos de uma nação desolada pela guerra, num país onde a paz está também perturbada [...], o nosso mais ardente desejo é ver o dia em que **as nações empenhadas em comum nas estradas da ciência e do trabalho, unidas pelos laços do comércio, esclarecidas pelo sentimento de seus interesses e seus deveres cristãos**, submeterão todas as suas questões a uma arbitragem pacífica e não às decisões da violência e do sangue (Agassiz, 1938. Grifos nossos).

É explícito, na concepção de Agassiz (1938) que, naquele momento, o viajante estava preocupado com a maneira como os países poderiam e deveriam se empenhar em promover o desenvolvimento no ritmo impresso pelo capital e adequar-se às necessidades do mercado. Ao desembarcar no Rio de Janeiro, sua primeira impressão sobre as condições das ruas e a apresentação das pessoas tem como critério de análise a vida social de seu próprio país, como podemos verificar em suas palavras:

O que chama desde logo a atenção no Rio de Janeiro é a negligência e a incúria. Que contraste quando se pensa na ordem, no asseio, na regularidade das nossas grandes cidades! Ruas estreitas, infalivelmente cortadas, no centro, por uma vala onde se acumulam imundícies de todo gênero; esgotos de nenhuma espécie [...]; um aspecto de descabro geral, resultante, em parte, sem dúvida, da extrema humidade do clima; uma expressão uniforme da indolência nos transeuntes: eis o bastante para causar uma impressão singular a quem acaba de deixar a nossa população ativa e enérgica (Agassiz, 1938).

⁸ A regulamentação estabelecida e as concessões feitas às primeiras fábricas brasileiras do início do século se caracterizavam como essencialmente mercantilistas, em função dos privilégios e monopólios concedidos pelo Estado (Luz, 1978).

Agassiz tencionava que os EUA pudessem, em um futuro próximo, compartilhar da riqueza produzida e oferecida pelo Amazonas. Desde então, discutia a possibilidade de outros países, dentre eles os EUA, de se beneficiarem dessas riquezas.

Enquanto se discutiam todas essas questões, e se anteviam os tempos em que, sobre as margens do Amazonas, florescerá uma população mais ativa e vigorosa do que aquela que até agora aí tem vivido, - em que todas as nações do globo terão sua parte nessas riquezas – em que os dois continentes irmãos colaborarão um com o outro, o americano do Norte ajudando o do Sul a desenvolver os seus recursos, - em que a navegação se estenderá de Norte a Sul, tanto quanto de Leste a Oeste, conduzindo pequenos vapores até às nascentes de todos os tributários, - enquanto assim se faziam cogitações, aproximávamo-nos do fim de nossa excursão (Agassiz, 1938).

Ao se perguntar qual a melhor maneira de exploração dos recursos naturais da Amazônia, o próprio Agassiz (1938) respondeu que: “A abertura do Amazonas às nações amigas constitui, sem dúvida, o primeiro passo no bom caminho.” O naturalista aponta também que, no início do século XIX, muitos viajantes, dentre eles Alexandre de Humboldt, foram impedidos, por conta de uma política limitada e ciumenta do então governo português, de explorar substancialmente o vale amazônico “ao passo que, hoje, um naturalista viajando como ele para fins científicos, recebe a mais simpática acolhida e todos os favores possíveis da novel nação tornada independente” (Agassiz, 1938).

Embora, tenha elaborado diversas críticas gerais à sociedade brasileira, sua proposta de mudança se restringia àqueles aspectos que impediam a realização dos interesses de seu país no Brasil, ou seja, o expansionismo e o imperialismo dos Estados Unidos no século XIX. Nessa diretriz, um obstáculo que detectou e sugeriu que fosse eliminado o mais rápido possível foi o monopólio, uma vez que: “a livre concorrência é o complemento indispensável da liberdade concedida, e só é possível onde não exista monopólio” (Agassiz, 1938). Em especial, o monopólio dos transportes.

O Suíço radicado nos EUA, preocupado com as vias de transporte no interior do Brasil, para escoar a produção interna e a exploração dos designados países desenvolvidos, afirma que: “Nunca será demais repeti-lo, o monopólio dos transportes no Amazonas deve ser o mais depressa possível abolido; logo que os produtos brutos das margens do rio venham a ser submetidos a uma cultura regular, por mais imperfeita que seja, e não mais colhidos ao acaso [...]” (Agassiz, 1938).

De acordo com o próprio viajante, o desejo de compartilhar as riquezas do Amazonas com os demais países estava presente também na intenção de alguns políticos brasileiros, como Tavares Bastos. “É um dos mais notáveis entre aqueles que advogam uma política totalmente liberal nessa questão. Ele já insistiu, junto dos seus compatriotas, sobre a necessidade, mesmo no próprio interesse do país, de partilhar desse grande tesouro com o resto do mundo” (Agassiz, 1938).

Em várias oportunidades, o viajante ressaltou a necessidade da liberação de riqueza e das trocas entre os países. Seu discurso significava o empenho na tentativa de ver o Brasil adequar-se aos padrões norte-americanos e europeus de produção. Para tanto, segundo Agassiz, far-se-ia necessário que os

monopólios oferecessem lugar à livre concorrência, que a produção agrícola daqui não se perdesse e fosse submetida ao plantio e colheita regulares; além da abertura do Amazonas às demais nações.

O viajante tinha consciência do quanto a produção em larga escala e a livre concorrência proporcionavam dinamismo à sociedade capitalista. A crise econômica que assolava os países industrializados, naquele momento, necessitava de novos mercados consumidores para seus produtos industrializados e, principalmente, de matéria-prima em abundância a um custo baixo para garantir sua produção e o seu desenvolvimento.

É neste contexto que se deve entender a vinda da Família Real para o Brasil, em 1808, e a Abertura dos Portos, ou seja, como necessidades históricas administradas em grande parte pela Inglaterra, na luta concorrencial que se desencadeava no continente europeu, com o objetivo de fortalecer, no Brasil, a estrutura da sociedade capitalista. Juntamente com a Família Real, foi necessário criar uma estrutura moderna, de forma que a Corte pudesse dar continuidade às suas atividades administrativas de Portugal e do Brasil.⁹

Contudo, a abertura dos portos não significava apenas uma necessidade da Inglaterra. Diante das mudanças significativas em termos mundiais, houve intenções do Príncipe Regente do Brasil em promover o desenvolvimento do país. A abertura dos portos colocaria o Brasil em comércio direto com países estrangeiros e, com esse objetivo, segundo Aguiar (1960), o Príncipe escreveu ao Rei de Portugal sobre suas pretensões: comerciar com as grandes potências e promover o comércio e a agricultura internos.

Que sejam admissíveis nas alfandegas do Brasil todos e quaesquer gêneros, fazendas e mercadorias transportados, em navios estrangeiros das Potencias que se conservam em paz e harmonia com a minha Real Coroa, ou em navios dos meus vassallos, pagando por entrada vinte e quatro por cento [...]: Que não só os meus vassallos mas tambem os sobredictos estrangeiros possam exportar para os Portos, que bem lhes parecer em beneficio do comercio e agricultura, que tanto deseja promover, todos e quaesquer generos e produções colonias [...]
(Aguiar, 1960).

Esse comércio, não somente ocorreria com a Inglaterra, mas também com outras nações amigas em termos diplomáticos. Segundo Luz (1978), na década de 1850,

[...] o processo de industrialização revela-se, contudo, penoso. Atribuíam-se as dificuldades à falta de capitais, os existentes aplicando-se preferencialmente a outros tipos de atividade econômica; à ausência de mão de obra capacitada, de máquinas; e ao esmorecimento que de imediato sucedia aos entusiasmos iniciais (Luz, 1978).

⁹ É neste momento que se pode observar a instalação de colégios para atender a Corte, e também, aos filhos das famílias abastadas do Brasil. Ivan Manoel analisa as mudanças que o país sofreu gradativamente no início do século XIX - desde a abertura dos portos para o mercado mundial até a disseminação da própria cultura burguesa moderna. Tanto no que diz respeito à educação do povo em geral, que teve de tomar outros rumos, como no caso da educação feminina. A oligarquia percebeu a necessidade de educar suas filhas para que se ajustassem à nova realidade. Porém, a educação seria somente um adestramento sociocultural das mulheres; que soubessem ler, escrever e conversar, bem como, conhecer um pouco além dos muros de suas casas. (Manoel, 1996).

A urgência em promover o desenvolvimento da industrialização e, por extensão, o crescimento da economia do país foi percebida também pelos viajantes. Segundo Mendes (1981), eles estavam convencidos da necessidade de o Brasil desenvolver sua economia por meio da fundação da sociedade de mineração e agricultura, subsidiada pelo Estado, imprimindo nela modernas técnicas e métodos para promover a produção mercantil.

Os viajantes também condenavam o modo de extração do ouro e consideravam ser esse um dos grandes motivos do “atraso” da agricultura brasileira. Contra a utilização do grande número de escravos enviados à mineração, sugeriam o emprego de máquinas apropriadas para aumentar a produtividade, dispensando muitos homens. Porém, ao denunciarem o “atraso”, os viajantes “não compreenderam que esta era a forma de ser do capital na colônia” (Mendes, 1981). Segundo o autor,

[...] o ‘atraso’ do Brasil, segundo os viajantes, derivava do fato de, além de ter sido uma colônia durante séculos, ser uma sociedade escravista. Para eles, este atraso se evidenciava no fato de revelar abertamente que a riqueza advinha da exploração do trabalho alheio, que o Estado era um organismo político dos senhores, que a cultura era monopólio de uma classe, que a religião era, descaradamente, um instrumento ideológico e que o ócio dos senhores era a contrapartida da atividade dos escravos (Mendes, 1981. Grifos do autor).

Desse modo, não perceberam que, tanto lá como aqui, “o capital já subordinava aos seus interesses o conjunto da vida econômica, social, política e cultural” (Mendes, 1981). O que diferenciava era que, no Brasil, o capital atuava livremente, sem a necessidade de “hipocrisia”, conforme enfatiza a autora. O olhar de Agassiz sobre o Brasil, bem como suas observações sobre o progresso brasileiro, reflete o grau de desenvolvimento capitalista do seu país. Ou seja, na condição de suíço naturalizado norte-americano, havia vivenciado, na Europa, a crise pelo excesso da designada civilização, e os EUA encontrava-se em pleno desenvolvimento das suas forças produtivas.

As categorias com as quais o viajante estrangeiro observa e, de certa forma, critica a sociedade brasileira são aquelas pelas quais se identifica o franco desenvolvimento da indústria norte-americana: o trabalho livre; a educação popular; e os elementos da democracia, principalmente a liberdade de direitos. A natureza rica e variada, segundo Agassiz (1938), não evitou que o país se defrontasse com uma série de fatores que obstaculizavam seu desenvolvimento, entre eles: a forma de trabalho, o clero, a mistura de raças, a legislação e a falta de uma educação voltada para todos.

Os meios de transporte foi outro setor sobre o qual ele fez observações e indagações. Ao realizar suas viagens ao interior do país, observou que não havia formas de transportes internos, portanto, fazia-se necessário que sua equipe estivesse sempre munida previamente de animais de condução, além de guias e homens de escolta. Vejamos o que ele aponta:

[...] a falta de meios de comunicação torna as viagens ao interior quase impossíveis, e é o obstáculo mais sério ao progresso e à prosperidade geral [...]. O atual modo de transporte, no lombo dos burros, é lento e incomodo em alto grau; e parece que aí onde os produtos do interior têm tão subido valor, os caminhos ficariam logo pagos (Agassiz, 1938).

Era comum encontrar “uma tropa de bestas de carga, tropeiro à frente, em grupos de oito tocados cada qual por um homem” (Agassiz, 1938). Porém, “Essas tropas começam a rarear; perto do litoral, as vias-férreas e as estradas se estendem e multiplicam, tornando assim os transportes mais faceis; mas, até os últimos tempos, era o único meio de levar à cidade os produtos do interior” (Agassiz, 1938). Entretanto, não tarda em registrar também o aperfeiçoamento dos meios de transportes: “De repente, porém, a minha atenção foi desviada pela passagem de uma liteira carregada entre dois burros; é um meio de transporte que vai desaparecendo aos poucos com o aparecimento das vias de comunicação; todavia ainda está em uso para as mulheres e crianças em algumas localidades” (Agassiz, 1938).

Entretanto, o processo de aperfeiçoamento ou modernização das vias de transporte interna não transcorreria sem dificuldades, nas palavras de Agassiz (1938), a seguir:

As dificuldades da execução desse último trecho da estrada [de ferro D. Pedro II] foram enormes; e todos ficaram convencidos da impraticabilidade dos trabalhos [...]. O declive abrupto dos contra fortes da Serra, na maioria dos casos, não permitia que esta fosse contornada; tornou-se necessária a construção de túneis [...]. No decorrer dos trabalhos, sobrevieram constantes perigos e grandes dificuldades devido ao desmoronamento das rochas [...] (Agassiz, 1938).

As melhorias realizadas nas estradas facilitavam o trânsito das pessoas e principalmente das mercadorias. Isto significava para o viajante um avanço, uma vez que a economia de tempo útil, através de transportes para a sociedade moderna, significava dinheiro. Nessa diretriz, Agassiz (1938) expõe que:

Ha doze anos atraz, o único meio de se ir para o interior, partindo de Petrópolis, era uma estreita trilha de burros, esburacada, perigosa, onde uma viagem de uma centena de milhas exigia uma caminhada de dois ou tres dias. Agora, vae-se de Petrópolis a Juiz-de-Fóra de carro, do levantar ao pôr do sol, numa boa estrada de rodagem que não faz inveja a qualquer outra do mundo. A cada intervalo dez ou doze milhas, encontra-se uma muda de animais descansados em elegantes estações em forma quasi sempre de chalés suíços. Esses portos são quasi todos mantidos por colonos alemães, outrora contratados no seu país para a construção da estrada [...] (Agassiz, 1938).

Todo o desenvolvimento do transporte descrito pelo viajante ocorreu em paralelo com o desenvolvimento de outros setores do país. As instalações de linhas férreas, a partir dos anos 1850, geraram um grande impulso à cultura do café, que seguia os trilhos dos trens, que abriram espaço para o desenvolvimento da industrialização do país.

Vemos, então, que foi com o espírito do homem de sua época e com a cosmovisão dos países do Norte que Agassiz (1938) enumerou os problemas da sociedade brasileira, os aspectos nos quais ela se desenvolveu e os obstáculos que ainda persistiam para que o Brasil atingisse seu ideal de progresso. Nesse sentido, concebia a educação como uma das formas de encaminhar a nação rumo à industrialização e ao progresso nacional.

EDUCAÇÃO

Diferentemente da educação dos povos suíços e norte americanos, aos quais estava garantido o direito à educação, no Brasil, Agassiz (1938) se deparou com uma realidade diferente. Aqui as questões educacionais acompanhavam o ritmo lento das demais transformações econômicas e sociais. Apesar da Constituição de 1824 garantir “a instrução primária gratuita a todos os cidadãos”, o Ato Adicional de 1834 eximia o Governo da União do dever de levar educação para todos.

A educação durante o período Imperial, então a cargo das províncias, era aristocrática, voltada principalmente para a elite, de acordo com Azevedo (1976). As escolas deveriam receber também os filhos das famílias pobres e crianças indígenas, cujos pais eram considerados selvagens e incapazes de educá-los, mas, pelo reduzido número de instituições escolares, não era possível atender a todos. “A escola é mantida pela província, mas a dotação do estabelecimento é pequena e o número de alunos muito reduzido” (Agassiz, 1938).

Nas observações de Agassiz (1938), tanto os pais quanto os filhos manifestavam o desejo de aprender a ler e a escrever, contudo, muitos deixavam de realizá-lo pela inexistência de escolas. O viajante aponta que, em determinado momento, ao conversar com um pai de família, ouviu o seguinte pronunciamento:

Ele acrescentou então que um dos seus filhos era muito inteligente e com certeza aprenderia depressa si tivesse recursos para mandar à escola; e como eu lhe respondesse que, no meu país, dá-se gratuitamente uma boa instrução aos filhos de todos os pobres, ele exclamou: *A! si a branca não morasse tão longe, eu lhe pedia para levar a minha filha, como criada, para lhe ensinar a ler e escrever!* (Agassiz, 1938).

Segundo Manoel (1996), a partir da segunda metade do século XIX,

[...] os ideais do liberalismo ganharam espaço dentro do próprio sistema administrativo do Estado. [No tocante à educação,] o princípio liberal defendido pelas autoridades públicas era o da completa liberação do sistema escolar, retirando do Estado as responsabilidades pela educação, transferindo-as para a iniciativa privada (Manoel, 1996).

Conforme Manoel (1996), os Relatórios, as Leis e as observações desse período demonstram a ineficiência e o abandono total da escola pública, seja pelo governo imperial ou provincial. As poucas escolas que existiam eram mantidas em condições precárias, custeadas pelo próprio professor e frequentadas apenas pelos alunos mais pobres.

Habitado a conviver com mulheres instruídas, Agassiz (1938) observava a ausência de uma vida mais ativa para elas no Brasil, a falta de encanto na vida doméstica, “sem livros, sem cultura de qualquer espécie [...] duma existência inteiramente vazia e sem objetivo” (Agassiz, 1938). Originário de um país cultural e economicamente diferente, com tristeza, analisava a alienação das mulheres em relação ao saber.

A escassez de livros nas casas em que Agassiz visitou, e o desinteresse pelas artes dos habitantes muito o impressionou: “As artes são muito desprezadas no Brasil e é medíocre o interesse que despertam. São tão raros os quadros quanto os livros nas casas brasileiras” (Agassiz, 1938). Vivia com tristeza a vida monótona, privada de prazeres que fazem o ser humano manifestar vigor e distração. O conteúdo dos livros aos quais algumas mulheres tinham acesso não passava de lições de cunho moral, trivialidades sentimentais e palavras que concordavam ou afirmavam sua inteligência limitada.

Nessa perspectiva, pode-se indicar que o estilo de vida das mulheres não requeriam livros ou qualquer outro meio cultural. Seus objetivos giravam em torno daquilo que a natureza tinha para lhes oferecer, ou seja, condições mínimas de existência. Mesmo que quisessem, enfrentavam o problema de acesso aos livros e à cultura de modo geral. Segundo o autor,

[...] o mundo dos livros lhes está fechado, pois é diminuto o número de obras portuguesas que lhes permitem ler, e menor ainda o das obras escritas em outras línguas. Pouca coisa sabem a respeito da história de seu próprio país, quase nada da de outras nações, e nem suspeitam sequer que possa haver um outro credo religioso que aquele que domina no Brasil [...] Em suma, além do círculo estreito de sua existência doméstica, nada existe para elas (Agassiz, 1938).

Em sua produção narrativa, o viajante acreditava que, ao abrir suas conferências durante a viagem a todas as pessoas, inclusive às mulheres, estaria ampliando as chances da população ter acesso ao conhecimento, visto que, costumeiramente, esses encontros previam apenas a presença da elite, dificultando a participação da população em geral.

Em visita à Escola Militar no Rio de Janeiro, observou que, como as demais escolas públicas do Estado, havia algum progresso, “porém, os velhos métodos teóricos ainda dominam; os mapas são grosseiros, não há baixos relevos nem grandes globos, nem análises químicas, nem experiências de física, nem biblioteca digna desse nome” (Agassiz, 1938).

Outra problemática ressaltada por Agassiz (1938), tanto nas faculdades como na Escola Central do Rio de Janeiro, foi a inexistência de atividades práticas nas aulas de Física, de Química, Botânica, Zoologia; os professores prendiam-se aos manuais e dificilmente estudavam os fatos concretos.

Quanto às escolas primárias, essas eram em pequeno número e somente existiam nas grandes cidades, onde era possível reunir uma quantidade razoável de alunos. Todavia, eram poucos os professores, e os meios de instrução se limitavam à escrita, leitura e cálculo. Quanto às escolas primárias, identificava alguns avanços, mas a sociedade não tinha noção da importância desse nível de educação na construção de uma nação moderna e sua posterior “civilização”. Nessa acepção, Agassiz (1938) ressalta que:

Pouco vi das escolas primárias [...]. Nos lugares em que se puderam organizar estabelecimentos desse gênero, o ensino é gratuito; infelizmente, os professores são muito pouco numerosos, a educação é limitada e bem fracos os meios de instrução. Escrita, leitura e cálculo, com tinturas o mais ligeiras possível de geografia, eis o programa dessas escolas. Observei, entretanto, em todo o Brasil, uma disposição a dar uma educação prática, uma ocupação a todas as crianças

pobres; existem, para tal fim, estabelecimentos especiais em quasi todas as cidades. É um bom sinal; denota que se dá ao trabalho, pelo menos para as classes necessitadas, o valor que lhe cabe e que se procura formar uma população obreira no país. Nessas escolas, pretos e brancos são, por assim dizer, industrialmente confundidos; **é positivo que, no Brasil, não há em absoluto antipatias de raça, quer nas classes trabalhadoras, quer na alta sociedade; vi sempre com satisfação os alunos misturados nos exercícios sem a menor distinção de raça** (Agassiz, 1938. Grifos nossos).

Segundo Agassiz (1938), o progresso nacional era em decorrência do desenvolvimento da economia interna em compasso com a economia mundial. O “progresso” intelectual era ainda um desejo, e seu avanço dependia do crescimento material das instituições de ensino, que tão somente se apresentavam como estabelecimentos locais e restritos. A ideia de progresso intelectual se constitui na adoção das “verdades” das ciências eurocêntricas e colonizadora das subjetividades dos sujeitos, reproduzindo o ideário do capitalismo, desconhecendo a própria divisão de poder entre os países, uma vez que somente alguns são ricos, e os demais, pobres e explorados.

Em função da escassez de escolas públicas, apesar da laicidade desejada pela burguesia, podemos observar que a Igreja continuou desempenhando um papel importante no setor educacional¹⁰. Segundo Manoel (1996), o internato foi o local onde as filhas das famílias abastadas eram educadas, isoladas do mundo exterior, sob a língua francesa e com o método pedagógico dos padres jesuítas, o *Ratio Studiorum*.

À Igreja, com suas escolas de caridade, para Manoel (1996), coube a responsabilidade pela educação dos filhos das famílias pobres e dos órfãos. Foram também criadas escolas externas e orfanatos, nos quais a Igreja conseguia abarcar as meninas das demais classes sociais, tornando-as mulheres cristãs.

Enfim, retiradas da vida corrente, as alunas absorviam um conjunto de normas e preceitos educativos planejados pelo centro do ultramontanismo, concretizando o projeto de formação de um alicerce religioso, sobre o qual se reconstruiria uma sociedade segundo os critérios e propostas da Igreja conservadora: uma sociedade católica, ordeira, hierarquizada, moralizada, antimoderna, antiliberal, antifeminina (Manoel, 1996).

A hegemonia da Igreja, inclusive na educação das crianças pobres, também foi denunciada por Agassiz (1938), como um dos aspectos considerados como obstáculo ao avanço da sociedade. No que diz respeito à religião, o viajante reconhecia a existência de liberdade religiosa constatando que, como em seu país, nenhuma religião era “perturbada no exercício do seu culto” (Agassiz, 1938). Entretanto, o caráter dos homens que compunham o clero era um empecilho ao progresso. Era preciso que o clero fosse composto por homens com estudo, cultos, capazes de refletir e pensar sobre a realidade, pois, na

¹⁰ Para Manoel, a proximidade entre Estado e Igreja era marcada pelo conflito entre a educação laica e a educação religiosa. No contexto do projeto liberal, a formação do cidadão deveria seguir os ditames da Constituição que “[...] tinha por objetivo, além do ensino das ciências e das letras, a formação cívica e moral conforme os pressupostos da liberal-democracia representativa. O outro com os olhos postos na eternidade, visava a formação de bons católicos que, por isso mesmo, seriam bons cidadãos, e também por isso rejeitava a moral contratual proposta pela sociedade burguesa” (Manoel, 1996).

condição de professores do povo, o trabalho educativo não poderia comprometer o desempenho educacional da população. Como citou o viajante, o clero deveria ir além das

[...] grotescas procissões de rua, carregando círios acesos e enfeites baratos. Enquanto o povo não reclamar outro gênero de instrução, irá se deprimindo e enfraquecendo [...]; não existe absolutamente no Brasil uma classe de padres trabalhadores, cultos, como os que honram as letras nos países do Velho Mundo; não há instituições de grau superior ligadas à Igreja; a ignorância do clero é geralmente universal, a sua imoralidade patente, sua influência extensa e profundamente arraigada [...]. Como quer que seja, todos os amigos do Brasil devem desejar que os seus padres atuais cedam lugar a um clero mais moralizado, inteligente e trabalhador (Agassiz, 1938).

Por ocasião de um casamento entre afro-brasileiros, Agassiz (1938) descreve, com detalhes, a rudeza e a brutalidade do padre.

O padre, um português de ar arrogante, olhar ousado, interpelou os noivos, e, com a precipitação menos respeitosa, lhes dirigiu algumas rudes palavras sobre os deveres do matrimônio, interrompendo-os varias vezes para censurar a ambos [...]. Mais com um tom de imprecisão do que de prédica, ordenou-lhes que se ajoelhassem diante do altar; depois tendo dado a bênção, gritou um amen, jogou rudosamente o livro das orações sobre o altar, apagou os círios e despediu os recém-casados da mesma forma que teria expulsado um cão fóra da igreja (Agassiz, 1938).

Em sua produção discursiva, considerava as festas religiosas, grotescas e ridículas, conforme é possível observar na seguinte passagem: “Vem na frente a parte religiosa do cortejo: uma longa fila de padres e membros de irmandades conduzindo tochas acêsas, pirâmides de flôres, estandartes, etc [...]. A imagem tesa, torta é grosseira é acompanhada por escudeiros à cavalo, quasi tão grotescos e ridículos” (Agassiz, 1938). Ao contrário dos padres dessa época, ele via com bons olhos os primeiros padres Jesuítas que participaram do processo de colonização, classificando-os como mensageiros da primeira civilização no Brasil e na América do Sul. “Embora marcada pela ambição e pela paixão do poder temporal, a obra dos jesuítas no Brasil tendia a estabelecer um sistema organizado de trabalho, que é lastimável não tenha sido continuado” (Agassiz, 1938).

Em nome da quantidade de terra, da fertilidade e da certeza da lucratividade com as atividades agrícolas, os jesuítas formaram centros de trabalho utilizando a força indígena e, através do trabalho e da catequese, desejavam “civilizá-los”, ou seja, impor a cultura e economia dominantes. Dessa forma, “Anexavam estabelecimentos agrícolas a todas as missões indígenas, e, sob a direção dos Padres, o selvagem aprendia um pouco de agricultura. Os jesuitas cedo se aperceberam de que as artes agrícolas deveriam ser, num país tão fértil, o grande agente civilizador” (Agassiz, 1938).

Agassiz (1938) se mostrava defensor dos jesuítas por terem ensinado o trabalho agrícola aos indígenas e proporcionado a eles o sustento necessário, o que não condiz com a realidade, uma vez que os povos originários sempre produziram e se sustentaram. Nessa perspectiva, o problema era a imposição da divisão do trabalho nos moldes da produção capitalista.

Agassiz (1938) não condenava o fato de que o trabalho desenvolvido pelos indígenas, na agricultura e nas fazendas, tenha colaborado para o enriquecimento da Companhia, “marcada pela ambição e pela paixão do poder temporal” (Agassiz, 1938). Por detrás de um trabalho de “civilização”, imposição da cultura ocidental, a partir do etnocídio dos nativos, esteve sempre presente o desejo de enriquecimento e de poder dos missionários. O trabalho “civilizatório” dos primeiros jesuítas não teve, porém, continuidade. Fica patente, nas palavras do viajante, que os nativos não se sentiam atraídos pelo trabalho agrícola.

No meio duma região que deveria estar abarrotada de produtos agrícolas, não se consegue encontrar nem leite, nem manteiga, nem queijo, nem legumes, nem frutas. Ouve-se constantemente o povo se queixar da dificuldade de obter mesmo os objetos mais comuns de consumo domestico, quando, na realidade, cada proprietario de terras poderia produzi-los. Os distritos agricolas são ricos e ferteis, mas não há população agricola. O índio [...] nunca se afeiçoa a terra, não tem o menor gosto pela cultura da terra (Agassiz, 1938).

Nessa acepção, a produção narrativa de Agassiz (1938) postula a preguiça e a indolência dos indígenas, termos esses que negaram práticas culturais e a forma de vida das sociedades colonizadas, ideias difundidas pelos colonizadores com o intento de justificar o genocídio e o etnocídio¹¹, assim como impor à servidão e escravidão aos povos originários. Desse modo, os povos indígenas foram descritos como povos “selvagens”, “primitivos”, “bárbaros”, e “indolentes”¹².

Cabe ressaltar que, no contexto de Agassiz (1938), os indígenas não eram mais prioridade dos religiosos como foi durante a invasão e a conquista do Brasil.

É triste que esses índios, de sentimento religioso tão vivo não contem com um serviço religioso regular. Sòmente com longos intervalos, um padre em visita de inspeção vem vê-los; mas, excetuadas essas raras ocasiões, não ha quem lhes administre o casamento e o batismo ou dê instrução religiosa, a eles e a seus filhos (Agassiz, 1938).

Silva (1998) compartilhava dessa observação, afirmando que a classe que poderia educá-los mostrava-se sem condições. “O clero que os podia consolar e conter é uma das classes mais corrompidas e desprezíveis que há, geralmente falando, no Brasil.” Quanto a essa concepção, Agassiz (1938) também indica a corrupção política dos padres:

Quando a pobre gente, no meio da qual o retém as suas funções, está na hora de votar, a campanha eleitoral representa para ele um negocio tão importante e tão grande como si se tratasse de um cabo eleitoral operando em uma vasta arena de combate de ordem muito mais elevada. Talvez mesmo que a sua satisfação seja bem maior, pois tem nas mãos todos os fins (Agassiz, 1938).

Sua perplexidade com relação aos religiosos no Brasil estava relacionada com o ideário liberal burguês clássico. A Igreja se propôs a desempenhar um papel importante, como instrumento de

¹¹ Conceitos importantes para a compreensão do processo histórico de extermínio dos indígenas no Brasil foram explicados por Clastres (2004).

¹² Para uma reflexão a respeito desse ideário, dentre outros, ver: Grupione (2004).

propagação das ideias da sociedade dominante. Embora Agassiz (1938) tivesse uma ideia positiva da Reforma, como aparece em uma das citações acima, não se tratava, evidentemente, da propagação do protestantismo, mas de entender a Igreja como um setor independente do Estado, mas a serviço da sociedade.

Além da precariedade das instituições educativas, Agassiz (1938) apontou também os problemas ocorridos no interior das famílias escravistas. Neste caso, a educação, em sua concepção, era profundamente entristecedora, pois,

Além do vício dos métodos de ensino, há também [...] a consequência do contato incessante com os criados pretos e mais ainda com os negrinhos que existem sempre em quantidade nas casas. [...], deixa-os constantemente na companhia de seus escravos, vigiados pelos mais velhos e brincando com os mais moços (Agassiz, 1938).

Agassiz (1938) não entendia porque as mães deixavam os cuidados e a educação dos filhos às criadas negras, uma vez que internalizariam seus costumes. Para o viajante, eram evidentes e perniciosos os resultados do contato com os costumes e vícios dos negros, cujas consequências funestas eram percebidas por alguns. “Os próprios brasileiros não o negam; a todo instante ouvem-se de sua parte queixas sobre a necessidade que têm de se separarem de seus filhos para mandá-los educar longe da influência perniciosa dos escravos domésticos” (Agassiz, 1938).

Quanto ao trabalho de “civilização” dos nativos, o branco pouco fazia e “se limita a iniciá-los em algumas práticas externas da religião” (Agassiz, 1938). Para o viajante, isso resultaria na degradação das duas raças, da “duplicidade da parte do índio e licenciosidade da parte do branco” (Agassiz, 1938). Da mesma forma que os portugueses exploravam o trabalho indígena, o norte-americano e os ingleses foram bastante sórdidos na exploração dos chamados “peles azuis”, porém estes jamais fizeram como os portugueses que se igualaram aos indígenas, adaptando-se inclusive aos seus costumes.

ESCRavidÃO

O viajante via o Brasil como uma nação que apresentava condições para o desenvolvimento e para se inserir no sistema capitalista mundial. Com uma natureza rica, o jovem Império cresceria muito como nação. Porém, Agassiz (1938) destacou que:

Si algum dia as faculdades morais e intelectuais do povo brasileiro se puzerem em harmonia com a maravilhosa beleza e as riquezas imensas que o país recebeu da natureza, não haverá outro país mais feliz sobre a terra. No presente há, porém, varios obstáculos ao seu progresso; obstáculos que atuam sobre o seu povo como uma enfermidade moral. Existe aí a escravidão (Agassiz, 1938).

Apesar de reconhecer os avanços do processo de abolição, Agassiz (1938) afirmava que, enquanto existisse escravidão, ele exerceria uma influência perniciosa sobre os brancos, pois essa influência desenvolveu no homem branco a ideia de que o trabalho braçal era função dos negros e,

portanto, não se sujeitariam a tamanha mediocridade. Alexis de Tocqueville (2005) também condenava o mal da escravidão, ao afirmar ser um germe maldito que se nutre de si mesmo: “a escravidão desonra o trabalho, introduz a ociosidade na sociedade e, com ela, a ignorância e o orgulho, a pobreza e o luxo”.

Para Agassiz, ao refletir sobre os possíveis meios a serem adotados para preparar os negros para a emancipação, verificou ser melhor não protelar este acontecimento. “A escravidão é destas instituições que duram milhares de anos sem ninguém se dar ao trabalho de se perguntar por que ela existe. Mas é quase impossível mantê-la depois que esta pergunta é feita” (Tocqueville, 1994).

Nas primeiras décadas do século XIX, o Brasil começou a sentir pressão exterior e interior, no sentido de abolir a escravidão. Na história da sociedade brasileira, esse fato foi de grande repercussão e que interferiu na vida política, econômica e social de todos. Porém, esse acontecimento não se desenrolou de forma simples nem rápida.

As manifestações antiescravistas da época estavam impregnadas pelo idealismo e constructos ideológicos. Influenciados pela mudança ocorrida na concepção de escravidão, na virada do século XVIII para o século XIX, os abolicionistas identificaram, na escravidão, conforme Pereira,

[...] o principal obstáculo ao desenvolvimento da civilização burguesa no Brasil. Na visão desses pensadores, só mesmo o sistema colonial, de que o país se libertara há pouco, rivalizava com a escravidão para servir de pretexto explicativo do descompasso entre a realidade do país e a fulgurante atuação dos países do Ocidente europeu. Quase todos os males de que sofria o Brasil decorriam, segundo eles, da hedionda escravidão (Pereira, 1986).

Entre os muitos problemas que Agassiz apontava na escravidão, um deles era a convivência entre homens de culturas tão distintas, principalmente tendo em vista à precariedade das instituições educacionais no Brasil. A condição de escravo, aos olhos do viajante, significava um obstáculo à própria liberdade anunciada para eles. Sua impressão acerca dessa relação demonstrava que o branco, tanto no Brasil como na Europa, considerava a raça negra como inferior, e os classificava como incapazes de pensar e de se desenvolver, ainda que vivessem livremente. Nas palavras de Agassiz (1938),

Não se podem contemplar esses corpos robustos, nós pela metade, essas fisionomias desinteligentes, sem se formular uma pergunta, a mesma que inevitavelmente se faz toda vez que a gente se encontra em presença da raça negra: ‘Que farão essas criaturas do dom precioso da liberdade?’ O único meio de pôr um termo às dúvidas que nos invadem então, é de pensar nas consequências do contacto dos negros com os brancos. Pense-se o que se quiser dos negros e da escravidão, sua pernicioso influência sobre os senhores não pode deixar dúvidas em ninguém (Agassiz, 1938).

Nos EUA, a escravidão já havia sido abolida, o que gerou consequências para outros países, inclusive para o Brasil. Disso, os escravocratas daqui tinham consciência, pois perguntado a um deles se os escravos eram alugados ou a ele pertenciam, respondeu: “- São meus, tenho mais de cem, - respondeu no seu inglês, - mas isto vai acabar em breve [...]. - Acabou no país dos senhores, e, uma vez acabada aí, está acabado em toda parte, acabou-se no Brasil” (Agassiz, 1938). Entretanto, o processo de abolição era moroso, como descreve:

Um grande número de escravos são, todos os anos, libertados pela vontade dos seus senhores; um maior número ainda se resgata pelo seu próprio dinheiro; desde muito tempo se cessou o tráfico; nessas condições é um resultado inevitável que a escravidão se extinga por si. Infelizmente isso não caminha depressa, e a instituição prossegue, sem parar, na sua obra infernal: a depravação e o enervamento tanto dos pretos como dos brancos. [...]. O problema da emancipação não é para o Brasil, como foi para o nosso país, um espantinho político. É discutido livremente e com calma em todas as classes da sociedade; pode-se, sem querer adiantar mais, predizer que não passarão muitos anos sem que a instituição desapareça, tanto o sentimento geral lhe é contrário (Agassiz, 1938).

Semelhante opinião tinha Tocqueville (2005) ao afirmar que o escravo não aprende a ser livre vivendo a escravidão. A servidão, para ele, foi um “mal inevitável”, assim, “a abolição não se deve ao fato de a escravidão ser ‘pior’ que o trabalho livre, mas porque há, na sociedade, forças que a impulsionam no sentido desta transformação” (Tocqueville, 1994). Nessa acepção, a abolição não ocorreu por questões humanitárias, respeito a outros povos ou de justiça, mas porque a história não mais pôde conservá-la.

Toda a discussão de Agassiz (1938) a respeito da escravidão enquanto obstáculo ao desenvolvimento tinha como pressuposto sua concepção de que a melhor forma de trabalho era o trabalho livre, nos moldes da organização capitalista. Outro aspecto de sua interpretação concebida também como obstáculo ao desenvolvimento do país, era a dimensão demográfica da população brasileira branca. Segundo o viajante, “logo à primeira vista se percebe quanto é urgente a necessidade duma população mais numerosa” (Agassiz, 1938). Além da maior quantidade de pessoas brancas, apontava também o fato de que os brancos, os homens livres brasileiros, estavam contaminados pelas relações escravistas:

[...] em seguida se sente a necessidade duma mais alta moralidade por parte dos brancos. [...]. Não somente a população branca é muito escassa para suprir a tarefa que tem diante de si, como essa população não é menos pobre em qualidade do que reduzida em quantidade. Ela apresenta o singular fenômeno duma raça superior recebendo o cunho duma raça inferior, duma classe civilizada adoptando os hábitos e rebaixando-se ao nível dos selvagens (Agassiz, 1938).

Diante de tais obstáculos, propunha a imigração. “Enquanto não se fizer mais densa a sua população, todos os esforços que o Brasil realiza para a sua prosperidade só darão um resultado lento e pouco eficaz” (Agassiz, 1938). Após a Proclamação da Independência, ocorreram tentativas, por parte do Imperador, de atrair imigrantes, para o país, mas, “só foi depois do ano de 1850, após a abolição efetiva do tráfico dos negros e quando se tornou possível importar mais braços da África, que os ensaios de colonização foram seriamente empreendidos com certa energia” (Agassiz, 1938). Foi a partir dessa concepção que o viajante previu que, em dias vindouros, o Brasil seria capaz de progredir:

[...] só ha um punhado de gente nesse territorio imenso. Chegará necessariamente a epoca em que a humanidade dele tomará posse, em que, nessas mesmas aguas onde só cruzamos com tres canoas em seis dias, os navios a vapor e embarcações de toda especie subirão e descerão continuamente; em que a vida e o trabalho, emfim, animarão estas margens; mas esses dias ainda não chegaram [...] (Agassiz, 1938).

A interpretação do viajante a respeito da abolição e da imigração ressoava em outros intelectuais e políticos da época. Para Silva (1998), o Brasil era composto por homens que, por sua natureza, clima e vícios coloniais, eram indolentes, preguiçosos e ignorantes. A solução estava na homogeneização em todos os sentidos: racial, cultural, legal e cívico. Este seria o caminho para se criar a identidade nacional junto com o fim da escravidão, a “[...] miscigenação era o caminho pelo qual se chegaria também à homogeneidade cultural. José Bonifácio acreditava que a mestiçagem criaria um repertório cultural comum, em que prevaleceria a superioridade branca, sendo portanto também um instrumento civilizador” (Silva, 1998).

Ao mesmo tempo em que Silva (1998) apontava o caráter de urgência ao processo de emancipação, já em 1813, propunha estimular a imigração, aumentar a quantidade de gente mais apta para fomentar o progresso. “Favorecer a emigração de gente pobre do reino, e dos estrangeiros ativos, distribuindo-lhes terras, e dando-lhes os meios necessários” (Silva, 1998).

Na época de Agassiz, já existia a tendência para o trabalho livre no Brasil, o que considerava positivo, pois, na construção da estrada de Juiz de Fora, havia contratação, feita pelo Governo, de trabalhadores alemães e portugueses e que, por se tratar de uma obra pública e importante, fosse proibida a contratação da mão de obra escrava. Em sua análise, “Esse cuidado em excluir os escravos dos trabalhos públicos revela uma tendência para a emancipação. Inspira-se na idéia de limitar pouco a pouco o trabalho servil às ocupações agrícolas, afastando os escravos das grandes cidades e suas vizinhanças” (Agassiz, 1938).

À escravidão, Agassiz (1938) contrapõe a forma de tratamento dos trabalhadores assalariados nas fazendas, quando descreve como se fazia o pagamento em uma colheita de café:

Uma vez cheios os cestos, vão mostra-los ao administrador que lhes dá uma ficha de metal onde está marcado o valor da tarefa executada. Cada qual deve uma quantidade certa de trabalho: tanto por homem, tanto por mulher, tanto por criança, e cada qual é pago do excedente que produz; o que se exige deles é verdadeiramente moderado e aqueles que não são preguiçosos podem facilmente juntar uma um pequeno pecúlio (Agassiz, 1938).

Para a formação do trabalho livre, Agassiz (1938) considerava a imigração fundamental, mas organizada e fixadora de homens na produção. De outra forma, também a imigração seria um obstáculo. Nesse sentido, ele observa que os homens do governo da época se mostravam ainda pouco preocupados com a situação dos imigrantes, e se valorizava algumas discussões que objetivavam reformar a Constituição no sentido de tratar o imigrante com base nos direitos do trabalhador livre:

[...] provocar a reforma da Constituição em todos os pontos em que coloca o estrangeiro naturalizado em situação inferior à dos brasileiros natos; em seguida, conseguir a reparação dos danos sofridos pelos imigrantes; finalmente, prestar a esses toda a assistência e informação de que precisam ao chegar ao Brasil (Agassiz, 1938).

Segundo Agassiz (1938), esse novo tratamento é o que tornaria possível o imigrante permanecer na produção e, visto como um elemento perturbador, passaria a ser um elemento que alavancaria o progresso da nação brasileira.

Como todos os países se empenham em fazer compartilhar o resto do mundo da confiança que têm em si próprios, o Brasil se deve defender contra as narrativas prejudiciais de uma população estrangeira flutuante indiferente à prosperidade da nação de que são hóspedes temporários e que se inspiram, em suas apreciações exclusivamente nos seus interesses e paixões. É absolutamente lamentável que o governo brasileiro não temo as necessárias medidas para corrigir as falsas impressões que se espalham no estrangeiro a seu respeito; é lastimável que os seus agentes diplomáticos se preocupem tão pouco em divulgar a verdade e as informações autênticas sobre as coisas de seu país (Agassiz, 1938).

Muitos homens da época desejavam o fim da escravidão, como afirma Agassiz (1938):

Si o seu poder igualasse a sua vontade, a escravidão desapareceria do império de um só golpe; si é por demais sensato para deixar de reconhecer que todas as grandes mudanças sociais devem ser progressivas, não esconde o seu horror pelo sistema (Agassiz, 1938).

Grahan (1973) descreve sobre o desejo do Imperador em abolir a escravidão e também sobre as fugas dos escravos das fazendas para as cidades, esses, orientados pelos industriais abolicionistas que, posteriormente, os empregavam nas fábricas. Esse processo impulsionou os fazendeiros a substituí-los gradativamente por braços livres.

A POPULAÇÃO BRASILEIRA E A MISTURA DE RAÇAS

Vimos, até aqui, os aspectos sociais que Agassiz identificava como obstáculos ao avanço capitalista no Brasil. O principal deles decorria das características do próprio homem brasileiro. Sem nos determos em um assunto que nos desviaria da questão principal de identificar a perspectiva pela qual Agassiz analisava a sociedade brasileira, é necessário indicar que sua concepção capitalista passava pelas teorias de superioridade racial predominantes na época. Tal concepção perpassa, portanto, toda sua análise da situação social e da solução proposta com a imigração europeia.

O historiador brasileiro Oliveira Vianna (1933), contagiado por tais teorias, considerava o branco europeu uma raça superior. Segundo ele, na região sul, foram, principalmente, os alemães e italianos (“estes dous belos typos de colonizadores”), que desbravaram aquelas terras férteis. A formação étnica do povo brasileiro foi constituída por três raças distintas, “duas raças bárbaras, a negra e a vermelha [e o branco, que], caldeiam-se profundamente, cruzam-se e recruzam-se em todos os sentidos” (Viana, 1933).

Segundo o autor, os homens de raça branca, mesmo em menor número, são encontrados em todas as regiões, porque “são eles os elementos de civilização e a força de direção da massa colonial” (Viana, 1933). Em sua perspectiva, oriundos de países europeus com uma civilização mais avançada que a América, poderiam fazer frente a novas investidas nacionais, pois eram, como expressa, “os mais ricos

do eugenismo”. Eles se encontram em maior número principalmente na Amazônia, nas planícies gaúchas e nas regiões de mineração.

São os elementos brancos superiores que invadem o interior do país, constituem a aristocracia rural, “concorrem para assegurar a esta classe coefficiente aryano e eugenístico, que tanto a distingue nessa época” (Viana, 1933). Nessa acepção, o autor, através da distribuição geográfica das três raças, que se deu, “conforme suas aptidões específicas”, garante desta forma que o branco sabia orientar a distribuição e a fixação de cada raça conforme sua aptidão para o seu melhor aproveitamento.

Assim, propugnava que, nas cidades, os senhores empregavam os negros para os serviços que exigiam menos inteligência, enquanto que os fugidios indígenas, com aptidão para remadores, eram encaminhados para este setor. Dentre as comunidades negras que viviam no Brasil, a capacidade intelectual variava muito. Alguns dos negros, quando libertos, elevavam-se socialmente, todavia nunca alcançariam a capacidade eugênica da raça branca (Viana, 1933).

De acordo com o historiador, “O negro puro nunca poderá, com efeito, assimilar completamente a cultura aryana, mesmo os seus exemplares mais elevados: a sua capacidade de civilização, a sua *civilizabilidade*, não vaee além da imitação, mais ou menos perfeita, dos hábitos e costumes do homem branco” (Viana, 1933). E o indígena era ainda mais inferior que o negro, em sua concepção:

[...] em nossa sociedade, modelada á européa, o seu poder de capillaridade social, a sua *ascensionabilidade* é mesmo muito inferior á do negro [...]; mas, o índio, o caboclo puro, arrancado das suas florestas pela ferocidade dos sertanistas ou pela unção do missionario, é absolutamente incivilizavel, isto é, inteiramente refractario a qualquer influxo educativo no sentido da aryanizacao (Viana, 1933).

Agassiz (1938), muito antes de Vianna (1933), aplicava a teoria de Charles Darwin à análise da população brasileira, enquanto um aspecto favorável ou não ao desenvolvimento capitalista. Para quem as qualidades boas ou ruins são hereditárias e alguns têm mais capacidade, são mais fortes para persistir na luta pela vida, apesar de alguns seres inferiores também persistirem. Segundo o pai da teoria da evolução, Darwin (2007),

[...] em virtude do princípio tão poderoso da hereditariedade, êstes indivíduos legam aos descendentes o mesmo caráter inato nêles. Dai o nome de *seleção natural* a êste princípio de conservação ou de persistência do mais capaz. Êste princípio conduz ao aperfeiçoamento de cada criatura em relação às condições orgânicas e inorgânicas da sua existência; e, portanto, na maior parte dos casos, ao que podemos considerar como um progresso de organização. Todavia, as formas simples e inferiores persistem muito tempo quando são bem adaptadas às condições pouco complexas da sua existência (Darwin, 2007).

A superioridade de uma espécie humana sobre a outra ocorre de forma simples, “basta uma pequena modificação na conformação ou nos hábitos de uma espécie para dar-lhe superioridade sobre as demais” (Darwin, 2007). Isto se explica ao fato de que, nos países onde o nativo foi “confrontado”

com o estrangeiro, esse, na maioria das vezes, o ultrapassou e não lhe resta dúvida de que cabe o aperfeiçoamento ao indígena (Darwin, 2007).

Seguidores da teoria de Darwin, concluíram que, se as diferenças são naturais e somente os mais fortes sobrevivem, os homens de cor branca constituiriam a raça superior, uma vez que a raça inferior era formada pelos homens de cor negra. Por extensão, classificaram esses como indolentes, caprichosos, preguiçosos e incapazes, enquanto que os primeiros seriam empreendedores, disciplinados e inteligentes (Tocqueville, 2005).

Bonifácio da Silva (1998), contemporâneo de Agassiz, aderiu a esta forma de pensar quando analisa o caráter dos indígenas, além de levar em consideração o estágio do desenvolvimento produtivo e as necessidades dos povos originários:

Com efeito o homem no estado selvático, e mormente o índio bravo do Brasil, deve ser preguiçoso, porque tem poucas ou nenhuma necessidade; porque sendo vagabundo, na sua mão está arrancar-se sucessivamente em terrenos abundantes de caça ou de pesca, ou ainda mesmo de frutos silvestres, e espontâneos; porque vivendo todo o dia exposto ao tempo, não precisa de casa, e vestido cômodos, nem dos melindres no nosso luxo: porque finalmente não tem idéia de prosperidade, nem desejos de distinções, e vaidades sociais, que são as molas poderosas que podem em atividade o homem civilizado (Silva, 1998).

A proposta de Silva (1998), diferentemente da de Agassiz, é a miscigenação das raças: “Misturemos os negros com as índias, e teremos gente ativa e robusta – tirará do pai a energia, e da mãe a doçura e bom temperamento.” Para Agassiz (1938), a conseqüente convivência entre raças de culturas muito distantes entre si, como nas relações escravistas, produziu um homem incapacitado para atender às exigências do progresso. Em sua acepção, o desprezo ao trabalho, a inércia, a indolência, o desinteresse pelas coisas apregoadas como civilização, estavam impregnados no sangue da população de raças mistas, sem ideais e sem finalidade de existência.

Para Agassiz (1938), ao povo “degenerado” e “repulsivo” faltavam qualidades físicas e inteligência criadora, o que o colocava abaixo dos piores representantes da espécie original. O produto da mistura de raças, conforme afirmou, era um indivíduo sem capacidade reflexiva e sem traços de nobreza comuns àqueles que chamam de raça pura:

O resultado de ininterruptas alianças entre pessoas de sangue misturado é uma classe de indivíduos em que o tipo puro desapareceu, e com ele todas as boas qualidades físicas e morais das raças primitivas, deixando cruzados, que causam horror aos animais de sua própria espécie, entre os quais não se descobre um único que haja conservado a inteligência, a nobreza, a afetividade natural que fazem do cão de pura raça o companheiro e o animal predileto do homem civilizado (Agassiz, 1938).

Ao comparar o resultado das relações escravistas no Brasil com as de outros países, como os Estados Unidos, Agassiz (1938) aponta porque, no caso brasileiro, o amálgama de raças foi prejudicial:

A variedade de coloração testemunha, em toda sociedade em que impera a escravidão, o amálgama das raças. Mas é que no Brasil essa mistura parece ter tido sobre o desenvolvimento físico uma influência muito mais desfavorável do que nos Estados Unidos. É como si toda a

pureza do tipo houvesse sido destruída e resultasse um composto vago, sem caracter e sem expressão. Essa classe híbrida, ainda mais marcada na Amazônia por causa do elemento índio, é numerosíssima nos povoados e nas grandes plantações; o fato, tão honroso para o Brasil, do negro ter pleno e inteiro acesso a todos os privilégios do cidadão tende a aumentar antes de diminuir a sua importância numérica (Agassiz, 1938).

Quando o viajante se refere à raça pura, está se reportando não à pureza dos costumes, mas a de cor, e era difícil encontrar jovem de raça pura.

Uma coisa todavia impressiona o estrangeiro quando vê, pela primeira vez, toda essa juventude reunida, é a ausência do tipo puro e o aspecto doentio desses adolescentes; não sei si é uma consequência do clima, mas uma criança vigoroso e fortemente sadia é raro de encontrar (Agassiz, 1938).

Por ocasião da visita de Agassiz ao Colégio Pedro II, o viajante fez a seguinte observação sobre os meninos ali admitidos. “Uma única condição se exigia para a sua admissão, era que fossem de raça pura; não se recebiam negros nem mulatos” (Agassiz, 1938). Entretanto, chamou sua atenção “a ausência do tipo puro e o aspecto doentio desses adolescentes” (Agassiz, 1938). Para ele, fosse ou não consequência do clima, o fato é que raro era encontrar crianças “sadias” no Rio de Janeiro. Outro fato observado foi que, apesar das exigências anteriormente apontadas, havia a presença de alunos de todas as origens étnicas no Colégio, razão pela qual entendia que, no Brasil, não existia preconceito de cor.

O viajante observava que, no Brasil, o negro apresentava semelhantes condições de vida e trabalho do branco. No entanto, se tratava de uma pseudo vantagem dos negros em relação aos brancos. “É preciso levar em conta, si se quer fazer a mesma comparação no nosso país, que os negros estão aqui em contacto com uma raça menos enérgica e menos poderosa do que a anglo-saxônica” (Agassiz, 1938). Expressão que reflete a opinião do autor a respeito das raças, segundo a qual a raça branca brasileira seria inferior à raça europeia.

Portanto, o negro, no Brasil, facilmente se igualaria ao branco, quando não o superaria, ou seja, ele considera a raça negra pura também como superior à brasileira, por ser mista. Da mesma forma, o viajante demonstrava acreditar na superioridade do indígena de raça pura sobre os mestiços, bem como superiores também aos indígenas norte-americanos, em função de serem aqueles herdeiros diretos dos povos que fundaram as antigas civilizações do Peru e do México. “Ficamos admirados da aptidão que essas crianças manifestam pelas artes civilizadas, para as quais se mostram tão pouco habéis os nossos índios da América do Norte. [...] o olhar deles é inteligente, e afirmaram-nos que os índios de raça pura são ainda mais bem datados que os indivíduos mestiços” (Agassiz, 1938).

Os pequenos comerciantes que expunham seus produtos ao largo das ruas, segundo o viajante, apresentavam um comportamento muito distante do perfil desejado pela burguesia moderna. Agassiz observou um vendedor de flores e frutas “com seus braços de ébano cruzados sobre um cesto cheio de flores vermelhas, laranjas e bananas, está quasi dormindo, indolente demais para fazer um simples aceno

ao comprador” (Agassiz, 1938). Faltava, para o viajante, imprimir nesses homens o espírito capitalista da modernidade.

Segundo Agassiz, não havia pressa alguma no povo brasileiro, tudo era motivo de deixar os afazeres para o dia seguinte, valorizavam mais o amanhã que o hoje. O autor alertou à sua equipe que se acostumassem com isso e não perdesse a paciência, pois não seria possível mudar esse hábito nacional num dia.

Não passava pela cabeça de ninguém que pudesse haver importância em partir com a diferença de dias, semanas ou até de meses [...]. Mas esta calma imperturbável que se coloca acima das leis a que está sujeito o resto da pobre humanidade, esta ignorância de grande máxima “tempus fugit” são simplesmente exasperantes para um homem que dispõe apenas de quinze dias entre duas passagens de navio para realizar a sua viagem, e que sabe, outrossim, que o tempo é sempre curto demais para o que tem em vista fazer [...] mas um estrangeiro não pode desejar que os hábitos de um país se modifiquem de repente para lhe serem agradáveis; e **o melhor que tínhamos a fazer era nos conformar com a lentidão de movimentos, que é geral** (Agassiz, 1938. Grifos nossos).

Em várias oportunidades, Agassiz descrevia a lentidão com que o brasileiro executava uma tarefa. Na passagem seguinte, ele relata a forma como se transportava a lenha que seria usada como combustível pelo barco:

Uma pequenina canôa, em mau estado, trazendo um carregamento de lenha, se afasta da margem, arrastando-se no rio com lentidão ainda acentuada pelo fato de que, dos dois canoeiros, um se serve de uma pá quebrada e o outro de uma vara comprida [...] Quando a fragil embarcação acaba enfim de encostar ao navio, oito ou dez homens formam fila, e a lenha passa de mão em mão, hacha por hacha, contada na ocasião. Agassiz tirou o seu relógio do bolso e verificou que, em média, entram a bordo sete hachas por minuto (Agassiz, 1938).

Percebe-se aí sua perspectiva de homem “moderno”, na realidade, produtivo conforme as relações de trabalho capitalistas. Para o autor, as ferramentas de trabalho eram precárias, incompatíveis com as necessidades da sociedade moderna, e a sua forma de controle do tempo de execução de cada etapa do trabalho, semelhante a um encarregado da produção de uma fábrica.

Assim, ao analisar os comportamentos dos povos nativos, o viajante revela que sua perspectiva é a da burguesia empreendedora em termos capitalistas: “[...] os hábitos dos índios são tão pouco regulares, eles ligam tão pouca importância ao dinheiro, tendo meios para viver quase sem fazer nada, que quando se consegue contratar um deles é mais do que provável que se suma no dia seguinte” (Agassiz, 1938).

O espírito empreendedor e a necessidade de acúmulo de bens, de mercadorias ou de riquezas, própria dos capitalistas europeus e norte-americanos, não se revelavam no comportamento dos indígenas brasileiros. Para Agassiz, um indígena criado e educado por uma família que não a sua, que um dia decidisse fugir não levaria consigo roupas ou pertences. “A única coisa que se verá tentado a tirar é a canôa e o seu par de remos. Com isso um homem como ele está rico. Sente apenas uma

necessidade; é a de voltar para o mato, e nada o detem, nem o sentimento da amizade, nem a consideração do interesse” (Agassiz, 1938).

Nessa acepção, elucida-se a forma com que o povo originário foi tratado ao longo das Américas. Os tempos sociais e culturais diferentes das do homem “civilizado” não eram respeitados. E partir da visão dominante dever-se-ia obrigá-los a adotar os costumes e culturas designados de civilizatórios, ou seja, dos europeus e norte-americanos. Para tanto, no século XIX, muitos foram defensores da ideia de integrá-los à nação ou mesmo exterminá-los, conforme apontado.

Na mesma perspectiva em que analisou o indígena, Agassiz refletiu a respeito do elemento “híbrido”, o mestiço brasileiro, e ressaltou a importância da purificação da raça.

[...] ha em todos eles uma tendência constante para voltar ao tipo primitivo; isto num país em que as tres raças distintas estão em continua promiscuidade, porquanto os híbridos se misturam mais voluntariamente com uma das raças originárias do que uns com outros. Nos lugares em que existem as raças puras, é raro se encontrarem filhos provenientes da união de mameluco com mameluca, de cafuzo com cafuzo ou de mulato com mulata, ao passo que os filhos nascidos da união entre branco, negro ou índio e mulato, entre branco, negro ou índio ou mameluco, ou entre cafuzo e uma das tres raças puras formam a base dessas populações heterogêneas (Agassiz, 1938).

Nessa diretriz, o viajante enfatizou o que seria o valor negativo dos mestiços os designando de pretensa raça:

Minhas observações sobre os mestiços, na América do Sul, me convenceram de que as variedades provindas de uniões entre essas especies humanas ou **pretensas raças** diferem das proprias especies tão exactamente quanto os animais híbridos diferem das especies que os geraram. Conservam como estes a mesma **tendência** a voltar à fonte original que se observa em todas as pseudo raças ou variedades [...] (Agassiz, 1938. Grifos nossos).

Aos olhos de Agassiz, os próprios “híbridos” intencionalmente buscavam miscigenar com elementos de uma das raças puras, visando alcançar assim a superioridade racial de seus filhos. Estes, por sua vez, repetiriam esta ação na busca pela purificação racial. Ao pensar desse modo a respeito dos “mestiços”, seria de se esperar que, no caso da população branca, as ideias do viajante fossem diferentes. Entretanto, salienta que a própria origem da população branca brasileira não favorecia o dinamismo social e produtivo necessário ao progresso capitalista.

Nessa perspectiva, outro entrave ao progresso do país, segundo Agassiz, residia no fato de o Brasil ter sido colonizado por Portugal. Segundo o autor, à época dos descobrimentos, Portugal era pouco afetado pela civilização moderna. Com isso, o Brasil teria sofrido influências negativas pela falta de progresso em Portugal. Assim, o Brasil também não alcançaria o progresso.

Em varias ocasiões, tive ocasião de elogiar as instituições nacionais; nada se pode imaginar de mais liberal que a Constituição. Todas as garantias se acham nela asseguradas para o livre exercício de todos os direitos do homem. Há, comtudo, nos costume públicos, resultantes provavelmente da antiga condição social, certas particularidades que entram o progresso. Não se deve esquecer que a população branca descende quasi que exclusivamente de portugueses; ora, de todas as nações da Europa, Portugal é aquela que, na época do

descobrimto e colonização do Brasil, havia sido a menos afetada pela civilização moderna. Com efeito, as grandes migrações que transformaram a Europa na Idade Média, e a Reforma que foi a base principal da nova ordem social, quase que não atingiram Portugal (Agassiz, 1938).

Muitos dos homens, com os quais contatou no decorrer de sua viagem, eram, segundo Agassiz, insuficientemente alimentados, sofriam de febres endêmicas, viviam constantemente ameaçados pela fome, além de deixarem suas vestes molhadas até secarem no próprio corpo; quanto à água, preferiam tomá-la mesmo que fosse em alguma poça parada a caminhar alguns metros e bebê-la da nascente. A grande maioria dos males sofridos pelo povo brasileiro era em função da falta de ânimo ao trabalho, pois tudo havia em abundância na terra, era necessário somente nela trabalhar. Agassiz compreendia serem costumes e atitudes características de pessoas que não viam necessidade de mudar seu comportamento, ou mesmo, não percebiam essa possibilidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Agassiz (1938), um naturalista radicado nos Estados Unidos, atraído pela história natural do Brasil, com sua viagem ao país, teve como um dos objetivos o de observar como encontravam distribuídos os peixes de água doce nos grandes rios, além de verificar o caráter e o modo de distribuição das faunas fluviais, bem como a solução de um problema: “ - existe aí alguma fauna distinta e essa fauna teve sua origem no local mesmo em que existe?” (Agassiz, 1938). Contudo, acabou por descrever uma série de questões que produziram uma narrativa a respeito dos seguintes tópicos: as condições da educação nacional; a forma de trabalho; a mistura de raças; as características dos brasileiros; a forma de governo; e até mesmo o trabalho desempenhado pelo clero.

Nessa perspectiva, do conjunto de suas observações, emerge uma produção discursiva em que a realidade brasileira sofria com um conjunto de obstáculos que impedia a modernização do país, isto é, a inserção do país nos moldes capitalista de produção. Assim, a miscigenação racial, a indolência, a apatia e o desleixo corporal como características do homem brasileiro e o atraso educacional foram concebidos como causas do atraso produtivo, cultural, educacional e social do país.

Procuramos abordar o assunto sob a hipótese de que as críticas e ou soluções propostas por Agassiz se constituem em expressões do momento histórico, político ideológico em que se encontrava inserido. No contexto de expansão do capitalismo e do imperialismo norte-americano no século XIX, um conjunto de teorias e ideologias, tais como o positivismo, o liberalismo e as teorias raciais, que justificavam o modo de produção capitalista no contexto das novas nações. E imprimiram ao olhar do estrangeiro a ideia de superioridade europeia e norte-americana em relação aos demais países e povos.

Sua crítica e perspectiva da sociedade brasileira revelam que Agassiz, acostumado a viver em um país cujas condições de vida eram diferentes, postulava que a “desordem” da cidade e a “indolência” do

povo eram resultados do “atraso” do país. E que, portanto, não poderiam fazer parte de uma nação ideal.

Aqueles que põem em dúvida os efeitos perniciosos da mistura de raças e são levados, por uma falsa filantropia, a romper todas as barreiras colocadas entre elas, deveriam vir ao Brasil. Não lhes seria possível negar a decadência resultante dos cruzamentos que, neste país, se dão mais largamente do que em qualquer outro. Veriam que essa mistura apaga as melhores qualidades, quer do branco, quer do negro, quer do índio, e produz um tipo mestiço indescritível cuja energia física e mental se enfraqueceu. Numa época em que o novo estatuto social do negro é, para os nossos homens de Estado, uma questão vital, seria bom aproveitar a experiência de um país onde a escravidão existe, é verdade, mas onde ha mais liberalismo para com o negro do que nunca houve nos Estados Unidos. Que essa dupla lição não fique perdida! Concedamos ao negro todas as vantagens da educação; demos-lhes todas as possibilidades de sucesso que a cultura intelectual e moral dá ao homem que dela sabe aproveitar; **mas respeitemos as leis da natureza e, em nossas relações com os negros, mantenhamos no seu máximo rigor, a integridade do seu tipo original e a pureza do nosso** (Agassiz, 1938. Grifos nossos).

Esse viajante age como se fosse possível ao brasileiro ser diferente do que era. Trata-se de uma crítica de quem não viveu a história e a cultura brasileiras. O caráter dos brasileiros representava o modo como os homens produziam sua vida. Os caminhos percorridos e a história traçada pela sociedade brasileira até então, e ao considerarmos que o homem é sujeito de sua própria história, foram as condições materiais que imprimiram nesses habitantes as suas características peculiares. Logo, a maneira como Agassiz vê e analisa a sociedade brasileira é resultado da sua experiência como indivíduo pertencente a uma sociedade que desenvolveu, naquele momento, um diferente modo de produção da vida, de trabalho e de educação.

Agassiz viveu em uma época de livre concorrência, de uma pequena intervenção do Estado nas diferentes instâncias da sociedade. Desse modo, pretendia encaminhar a sociedade brasileira em direção ao progresso, espelhando-se no modelo burguês, que se apresentava como a forma ideal de sociedade. Nesse sentido, civilizar, para o viajante, significava aburguesar a nação brasileira.

Foi o momento em que a sociedade brasileira inseria-se em um contexto amplo da modernidade capitalista, e que, portanto, também deveria enquadrar-se, conforme defesa de Agassiz (1938): entre as “nações empenhadas em comum nas estradas das ciências e do trabalho” com a crescente sociedade industrial, urbana, com empenhos técnicos e científicos; dirigida pelo modelo liberal de sociedade que imprime a necessidade de educação para todos os indivíduos.

Na obra analisada neste estudo, foi possível encontrar os anseios e as expectativas de um viajante estrangeiro para o futuro da nação brasileira, sua relação com os demais países e suas impressões sobre o desenvolvimento econômico em nível mundial. No decorrer do século XIX, o Brasil defrontou-se com os problemas de modernização das relações de trabalho e a própria industrialização, bem como da modernização política, impostos pelo próprio ritmo da sociedade capitalista. E à medida que o processo avançava e o complexo mercado mundial foi incluindo outros concorrentes e muito mais competitivos

do ponto de vista da produtividade e do valor de mercadorias, o discurso educacional foi se tornando mais frequente.

É comum entre os intelectuais a ideia de que os viajantes cunharam o estereótipo de que os brasileiros, na sua grande maioria, não possuíam ânimo para o trabalho. Leite (1997) reafirma tal parâmetro, ou seja, o do trabalho produtor de mercadorias. Para ela, os viajantes

[...] foram responsáveis por uma série de estereótipos que aderiram à historiografia do século XIX, tais como: a reclusão da mulher, a consideração da mulher de “condição” como apenas a branca abastada, a brandura do trabalho escravo no Brasil, a escravidão como instituição civilizadora, a hospitalidade e a indolência do brasileiro, a imoralidade dos negros que depravava as crianças a seu cargo (Leite, 1997).

Em outro sentido, Mendes (1981) ressalta que tanto os viajantes quanto os escravocratas eram representantes de uma mesma perspectiva de sociedade:

O fato de os viajantes terem assumido, fundamentalmente, os interesses dos grandes proprietários, isto é, dos grandes produtores de mercadorias no Brasil, é encarado, por nossa historiografia, como sendo uma decorrência, por assim dizer, natural do contato permanente ‘que os viajantes mantiveram com membros da camada superior da sociedade’ que os teria levado ‘imperceptivelmente a incorporar as atitudes, opiniões e doutrinas dominantes no meio’. Ao colocar assim a questão, a historiografia mostrou não haver compreendido que o interesse do capital produtivo em expansão – defendido pelos viajantes – e o dos nossos escravocratas era, fundamentalmente, os mesmos, qual seja, o de desenvolver uma produção de mercadorias que já se encontrava integrada, desde o século XIX, ao mercado mundial (Mendes, 1981).

Entendemos, pelo que até aqui foi exposto, que o estereótipo foi cunhado não somente pelos viajantes, mas também pelos leitores e intérpretes dos escritos dos viajantes, em sua própria luta pela modernização do país. O que parece se constituir em um estereótipo pode ser um indicativo de que a sociedade brasileira se desenvolveu em termos capitalistas, com características próprias e diferentes em relação aos países designados como mais desenvolvidos.

Contudo, existia um modelo perfeito e natural de sociedade capitalista desenvolvido na Europa e na América do Norte em que os demais países deveriam se enquadrar. Assim, quaisquer costumes sociais que se desvinculassem do padrão europeu eram caracterizados como incorretos, primitivos e bárbaros por sua constituição étnica.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Agassiz LEC (1938). *Viagem ao Brasil: (1865-1866)*. Trad. e notas de Edgar S. de Mendonça, Biblioteca Pedagógica Brasileira. Editora: Nacional, São Paulo, 95: 655p.
- Aguiar MP (1960). *A Abertura dos Portos: Cairu e os ingleses*. Salvador: Editora Progresso. 180p. (Estudos brasileiros. Série marajoara, 30).
- Azevedo F (1976). A transmissão da cultura. In: *A Cultura Brasileira*. São Paulo: Melhoramentos; Brasília: INL. 495-759.

- Balibar E, Wallerstein I (2005). *Race, Nation, class: ambíguos identities*. London; New York: Verso Books. 310p.
- Clastres P (2004). *Arqueologia da violência: pesquisas de antropologia política*. São Paulo: Cosac Naify. 370p.
- Darwin C (2007). *A origem das espécies*. São Paulo: Zahar. 182p.
- Fernandes F (1972). *O negro no mundo dos brancos*. São Paulo: Difel. 363p.
- Grahan R (1973). *Grã-Bretanha e o início da Modernização no Brasil (1850-1914)*. Trad. Roberto Machado de Almeida. São Paulo: Ed. Brasiliense. 382p.
- Grupione LDB (2004). Livros didáticos e fontes de informações sobre as sociedades indígenas no Brasil. In: Grupione LDB; Lopes da Silva A (Orgs.). *A temática indígena na escola*. 4. ed. São Paulo: Global; Brasília: MEC/UNESCO. 481-526.
- Hale C (2009). As ideias políticas e sociais na América Latina, 1870-1930. In: Bethel L. *História da América Latina*. v. IV. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo; Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão. 331-414.
- Leite MLM (1997). *Livros de viagens (1803-1900)*. Rio de Janeiro: UFRJ. 264p.
- Litwack LF (1999). *Trouble in mind: black southerners in the age of Jim Crow*. New York: Vintaje. 599p.
- Luz NV (1978). *A luta pela industrialização do Brasil*. Prefácio de João Cruz Costa, 2. ed. São Paulo: Alfa-Omega. 224p.
- Mai LD (1999). *Boletim de Eugenia (1929-1931): um estudo sobre forças educativas no Brasil*. Dissertação (Mestrado em Educação) Universidade Estadual de Maringá. Maringá. 108p.
- Manoel IA (1996). *Igreja e educação feminina (1859-1919): uma face do conservadorismo*. São Paulo: UNESP. 148p.
- Mendes EC (1981). *Os viajantes no Brasil: 1808-1822*. Dissertação (Mestrado em História Social) FFLCH da Universidade de São Paulo. 176p.
- Nogueira O (Org.) (1985). *Tanto preto quanto branco: estudos de relações raciais no Brasil*. São Paulo: T. A. Queiróz. 133p.
- Pereira LA (1986). *Limites Históricos do Pensamento Abolicionista*. Dissertação (Mestrado em História) UNESP, Assis. 260p.
- Retamar RF (1989). Algunos usos de civilización y barbárie. *Revista Mexicana de Sociología*, 51(3): 291-325.
- Ricoeur P (1990). *Interpretação e ideologias*. 4. ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves. 172p.
- Sarmiento DF (2010). *Facundo ou civilização e barbárie*. São Paulo: Cosac Naify. 505p.
- Schwantes S (1997). *Koster e Toleenare: a educação na bagagem dos viajantes*. Dissertação (Mestrado em Educação) Universidade Estadual de Maringá. Maringá. 117p.

- Schwarch LM (1993). *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e a questão racial no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras. 287p.
- Silva JBA (1998). *Projetos para o Brasil*. In: Dolhnikoff M (Org.). São Paulo: Companhia das Letras. 376p.
- Stocking Júnior GW (1968). *Race, cultura and evolution*. Essays in the History of antropology. New York: The Free Press; London: Collier-Macmillan limited. 408p.
- Tocqueville A (2005). *A democracia na América*. Trad. prefácio e notas de Neil Ribeiro da Silva. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: EDUSP. 560p.
- Tocqueville A (1994) *A emancipação dos escravos*. Trad. Fani Goldfarb Figueira. Campinas, São Paulo: Papirus. 139p.
- Vianna FJO (1933). *Evolução do povo brasileiro*. 2. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, V(x): 328p.

SOBRE O ORGANIZADOR

ID LUCAS RODRIGUES OLIVEIRA



Mestre em Educação pela UEMS, Especialista em Literatura Brasileira. Graduado em Letras - Habilitação Português/Inglês pela UEMS. Atuou nos projetos de pesquisa: Imagens indígenas pelo “outro” na música brasileira, Ficção e História em Avante, soldados: para trás, e ENEM, Livro Didático e Legislação Educacional: A Questão da Literatura. Diretor das Escolas Municipais do Campo (2017-2018). Coordenador pedagógico do Projeto Música e Arte (2019). Atualmente é professor de Língua Portuguesa no município de Chapadão do Sul. Contato: lucasrodrigues_oliveira@hotmail.com.

ÍNDICE REMISSIVO

A

Agassiz, 205, 206, 207, 209, 210, 211, 212, 213, 214, 216, 217, 218, 219, 220, 221, 222, 223, 224, 225, 226, 227, 228, 229, 230, 231, 232, 233, 234, 235
aluno, 11, 23, 24, 33, 36, 38, 39, 62, 86, 87, 104, 130, 173, 174, 175, 176, 177, 178, 187, 188, 189, 195, 200, 201
análise de conteúdo, 119
aprendizagem, 15, 16, 22, 23, 26, 30, 40, 55, 56, 60, 67, 68, 73, 78, 79, 81, 82, 83, 86, 87, 89, 103, 109, 112, 142, 147, 153, 154, 155, 173, 174, 175, 176, 185, 186, 187, 188, 190, 194, 195, 201, 202, 203, 204
avaliação, 20, 24, 33, 41, 68, 82, 102, 105, 115, 142, 153, 172, 210, 254

B

BNCC, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 38, 40, 41, 76, 77, 79, 80, 81, 83, 86, 106, 107, 108, 111, 112
Brasil, 3
burguesia, 206, 208, 210, 220, 230, 231, 257, 260, 261, 263, 268

C

cartas, 158, 164, 167, 240
coletivo, 10, 66, 83, 91, 104, 114, 142, 165, 167, 172, 176, 252
colonização, 29, 221, 225, 233
complexidade, 16, 80, 84, 93, 99, 114, 169, 173, 174, 178
cooperatividade, 177
Covid-19, 7, 159, 164, 165, 180, 191
cultura, 10, 18, 19, 26, 37, 60, 67, 69, 70, 71, 77, 80, 82, 85, 86, 90, 110, 118, 119, 120, 122, 123, 125, 128, 129, 130, 132, 135, 138, 139, 140, 141, 142, 143, 144, 145, 151, 154, 174, 210, 214, 215, 216, 217, 218, 219, 221,

222, 228, 234, 235, 237, 248, 255, 256, 262, 265

currículo, 30, 36, 37, 38, 40, 58, 64, 74, 75, 77, 108, 112, 119, 120, 122, 125, 127, 128, 130, 131, 133, 134, 135, 136, 138, 139, 141, 144, 146, 147, 148, 172, 240

D

democratização, 61, 77, 84, 88, 91, 93, 125, 177, 186, 191, 262
desigualdades sociais, 61, 69, 71, 72, 77, 82, 83, 102, 103, 173, 175, 177, 179, 181, 186, 249, 263
diálogo, 7, 8, 9, 10, 31, 55, 56, 87, 90, 98, 119, 195
didática, 62, 146, 147, 148, 152, 153, 154, 155, 156, 157, 172, 179, 191, 197, 259
direito, 20, 30, 47, 50, 65, 71, 77, 78, 85, 96, 101, 102, 111, 113, 123, 124, 125, 140, 142, 167, 178, 184, 191, 194, 218, 238, 239, 241, 242, 243, 245, 248, 249, 250, 251, 252, 254, 256, 260, 261, 262, 263, 264, 275
direitos humanos, 47, 50, 109, 134
docência, 54, 62, 63, 66, 74, 81, 84, 87, 92, 146, 192

E

educação, 4, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 14, 17, 20, 26, 29, 30, 33, 34, 35, 36, 37, 38, 39, 40, 42, 43, 44, 51, 54, 55, 57, 58, 59, 60, 62, 63, 64, 65, 66, 67, 68, 69, 72, 73, 75, 76, 77, 78, 80, 81, 83, 84, 85, 86, 87, 88, 89, 90, 91, 92, 93, 94, 96, 97, 100, 101, 102, 103, 104, 105, 106, 107, 108, 112, 114, 115, 118, 119, 126, 129, 130, 131, 133, 134, 136, 140, 143, 144, 151, 152, 153, 154, 156, 166, 171, 172, 174, 176, 178, 179, 181, 182, 183, 184, 185, 186, 187, 188, 190, 191, 192, 194, 195, 198, 200, 201, 204, 205, 206, 208, 212, 215, 216, 217, 218, 219, 220, 223, 233, 234, 236, 238, 239, 240, 241, 242, 243, 244, 245, 246, 247, 248, 249, 250,

251, 253, 254, 255, 256, 257, 258, 263, 265, 267, 268, 269, 270, 271, 272, 273, 274, 275, 280

educativa, 10, 73, 80, 96, 180, 211, 245, 257, 265

ensino, 17, 26, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 37, 38, 39, 40, 42, 43, 53, 54, 56, 59, 60, 61, 62, 63, 65, 66, 67, 68, 73, 76, 77, 78, 79, 80, 81, 82, 83, 84, 85, 86, 87, 89, 90, 91, 92, 93, 95, 97, 102, 106, 108, 112, 114, 125, 128, 129, 130, 131, 133, 135, 136, 142, 143, 144, 146, 147, 148, 151, 152, 153, 154, 155, 156, 173, 174, 175, 176, 177, 178, 179, 182, 184, 185, 186, 187, 188, 189, 190, 192, 194, 195, 199, 200, 201, 202, 203, 204, 208, 219, 220, 223, 239, 240, 241, 242, 243, 244, 245, 246, 247, 248, 249, 251, 253, 255, 266, 267, 268, 269, 270, 271, 273

médio, 15, 17, 21, 22, 25, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 118, 120, 127, 131, 133, 134, 141, 144, 151, 243

remoto, 61, 173, 174, 175, 176, 177, 178, 189

ensino-aprendizagem, 153, 175

envelhecimento, 160, 165

escola, 4, 7, 11, 12, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 37, 38, 39, 40, 41, 49, 53, 55, 56, 57, 58, 59, 61, 63, 66, 68, 69, 70, 71, 72, 73, 77, 78, 80, 81, 82, 83, 84, 85, 87, 88, 90, 91, 92, 94, 95, 96, 97, 98, 100, 102, 103, 104, 106, 108, 114, 115, 116, 129, 132, 137, 151, 153, 169, 171, 172, 173, 174, 175, 176, 177, 178, 179, 182, 185, 188, 190, 194, 200, 201, 218, 236, 240, 243, 248, 249, 254, 263, 264, 265, 266, 268, 269, 270, 271, 273, 275

pública, 7, 14, 21, 31, 32, 33, 34, 36, 37, 38, 39, 53, 56, 62, 78, 80, 87, 88, 92, 94, 116, 218, 240, 249, 265, 269

estudantes, 4, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 30, 31, 33, 35, 37, 38, 39, 40, 46, 52, 54, 62, 77, 79, 80, 81, 82, 85, 89, 90, 104, 107, 121, 122, 127, 132, 133, 147, 153, 171, 177, 182, 185, 186, 187, 188, 189, 194, 195, 200, 201, 202

eugenia, 205, 206, 208, 209, 211

F

formação, 12, 14, 20, 23, 24, 25, 26, 30, 33, 37, 38, 39, 41, 43, 47, 50, 51, 53, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 60, 61, 62, 63, 64, 65, 66, 67, 68, 69, 70, 71, 72, 73, 74, 75, 76, 77, 78, 79, 80, 81, 82, 83, 84, 85, 86, 87, 88, 89, 91, 92, 93, 94, 95, 98, 102, 106, 109, 112, 115, 120, 122, 126, 127, 128, 129, 130, 132, 133, 135, 141, 142, 143, 146, 147, 149, 151, 152, 153, 154, 155, 156, 162, 172, 173, 175, 177, 182, 185, 186, 187, 188, 190, 191, 193, 195, 197, 198, 204, 210, 220, 226, 227, 241, 257, 259, 260, 265, 266, 267, 272, 273

de professores, 54, 55, 56, 57, 59, 63, 64, 65, 67, 68, 69, 75, 76, 79, 81, 85, 86, 87, 89, 93, 94, 146, 147, 149, 152, 153, 156, 204, 267

humana, 115, 173, 182, 187, 188, 190, 191

leitora, 193, 195, 197, 198

função social, 80, 173, 176

G

gênero, 7, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 50, 51, 52, 68, 85, 97, 98, 100, 101, 103, 104, 105, 106, 108, 109, 110, 111, 112, 113, 114, 115, 116, 117, 140, 141, 194, 195, 196, 197, 199, 200, 202, 203, 213, 219, 221

gestão escolar, 19, 20, 30, 91, 92

H

história, 4, 9, 10, 11, 19, 39, 46, 49, 51, 55, 62, 85, 93, 97, 102, 109, 123, 128, 129, 130, 136, 138, 140, 144, 147, 148, 149, 151, 152, 153, 155, 156, 158, 159, 162, 164, 195, 196, 199, 207, 211, 212, 219, 224, 225, 233, 234, 239, 249, 254, 256, 257, 263, 266, 270, 271, 273, 274, 275

em quadrinhos, 193, 194, 195, 196, 197, 198, 199, 200, 201, 202, 204

humano, 10, 16, 47, 50, 55, 67, 68, 71, 86, 139, 160, 164, 167, 178, 187, 198, 202, 219, 250, 274

I

identidade, 8, 30, 31, 53, 58, 62, 72, 96, 98, 100, 109, 110, 111, 113, 114, 115, 135, 140, 143, 206, 226, 263, 264
impactos, 20, 45, 47, 158, 179, 191
imprensa
educacional, 272, 273
Paranaense, 257
independência, 16, 49, 102
instituições escolares, 34, 218, 273
invisibilidade, 47, 51, 143
isolamento, 45, 158, 159, 160, 161, 164, 165, 167, 169, 170, 171, 178, 189, 190, 193, 194, 201
itinerários formativos, 33, 37, 38, 40

J

judicialização da educação, 238

L

legislação, 34, 63, 64, 76, 78, 85, 88, 89, 114, 216, 238, 242, 243, 254
leitura, 9, 23, 25, 35, 116, 120, 121, 124, 126, 133, 136, 143, 144, 158, 160, 178, 194, 195, 198, 199, 200, 201, 202, 203, 219, 239, 241, 249, 255, 256, 258, 270, 271

M

mercantilização, 181, 186, 192
militarização, 14

N

neoliberalismo, 72, 103, 181, 182, 183, 184, 185, 190, 191, 192

P

pandemia, 4, 7, 105, 158, 160, 161, 162, 164, 165, 166, 167, 168, 169, 170, 171, 173, 174, 175, 177, 178, 179, 180, 181, 182, 186, 187, 189, 193, 194, 195, 200, 202, 203, 204, 280

Paulo Freire, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 55
pensamento complexo, 172, 173
percepções dos estudantes, 16
pessoa com deficiência, 44, 45, 46, 47, 48, 52
plano de curso, 118, 121, 122, 123, 124, 125, 126, 127, 132, 133, 137, 142, 143
prática pedagógica, 56, 57, 62, 80, 106, 153, 154
precarização, 64, 66, 181, 182, 185, 186, 188, 189, 190, 192
processo de adequação, 41
professor, 11, 17, 37, 39, 41, 42, 53, 56, 57, 58, 61, 62, 66, 67, 68, 73, 74, 76, 80, 83, 84, 85, 86, 104, 105, 149, 152, 153, 154, 156, 169, 171, 173, 174, 176, 177, 178, 181, 185, 186, 187, 188, 201, 202, 207, 218, 259, 266, 267, 268, 269, 270, 271, 273
professores da rede pública, 106, 257
profissionais da educação, 60

Q

química, 55, 147, 148, 149, 151, 152, 153, 154, 155, 156

R

racismo, 4, 113, 139, 140, 141, 143, 205, 206, 208, 209, 280
reforma, 29, 32, 33, 36, 37, 38, 39, 42, 43, 58, 64, 65, 66, 75, 76, 87, 89, 102, 176, 186, 226, 241, 243, 244, 246, 247, 256
retrocesso, 106, 246
revista “A Escola”, 257, 258, 259, 264
Rondônia, 14, 15, 16, 18, 19, 21, 25, 26, 27, 28

S

sexualidade, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 50, 51, 52, 96, 97, 98, 99, 100, 101, 104, 105, 106, 107, 108, 109, 110, 111, 112, 113, 114, 115, 116, 117

V

viajante, 205, 207, 210, 212, 213, 214, 215, 216,
217, 218, 219, 220, 222, 223, 224, 225, 226,
230, 231, 232, 234



Contemporaneamente, a educação brasileira está envolta por tantas situações diversas, envolvendo todos os seus níveis e modalidades, que foi possível a composição desse terceiro volume da obra: “Educação: Dilemas Contemporâneos” – agora, há o foco no fazer pedagógico, diversidade na educação, racismo, histórias em quadrinho, educação em tempos de pandemia, entre outros assuntos.

ISBN 978-658831930-7



Pantanal Editora

Rua Abaete, 83, Sala B, Centro. CEP: 78690-000
Nova Xavantina – Mato Grosso – Brasil
Telefone (66) 99682-4165 (Whatsapp)
<https://www.editorapantanal.com.br>
contato@editorapantanal.com.br